



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2014-2018)

7.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE MARÇO DE 2018

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento
 Nenésio Afonso
 Pedro Carvalho

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. – A Sra. Secretária deu conta da síntese das iniciativas que entraram na Mesa da Assembleia Nacional, no período compreendido entre 5 de Fevereiro e 8 de Março de 2018.

Proferiram declarações políticas os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

Em interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira (ADI) disse ser regimental a manifestação ou ruídos dos Deputados na Sala, enquanto um orador estiver no uso da palavra.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (UDD) lamentou a falta de sinal da TVS no Distrito de Lembá, a Sr. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) também levantado essa preocupação no que toca ao Distrito de Caué, tendo o Sr. Deputado Mário Rainho (ADI) explicado que a falta de sinal de emissão da TVS nos Distritos de Caué e Lembá tem a ver com avarias nos retransmissores para estes distritos.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Silvestre Mendes (ADI) apelou ao Governo para construir muros de vedação em algumas instituições do Estado no Distrito de Lembá.

Ainda neste capítulo, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) expressou a sua preocupação quanto à situação do País.

A Sra. Deputada Alda Ramos (ADI) aproveitou este quadro para saudar as mulheres do mundo inteiro e, em particular, as são-tomenses, no quadro do 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres.

O Sr. Deputado José António Miguel (ADI) falou da questão das negociações entre os Grupos Parlamentares da Oposição, o Grupo Parlamentar que sustenta o Governo e os proponentes da Reforma da Justiça, para a criação de um conselho nacional de justiça.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD) declarou que nenhum Deputado da oposição vai ser julgado de forma isolada, o povo também vai julgar os dirigentes do ADI.

Por sua vez, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Ossáquio Riôa (ADI) acusou a Oposição só criticar e não apresentar soluções.

Ainda neste capítulo, a Sra. Deputada Maria das Neves (MLSTP/PSD) propôs um minuto de silêncio em memória da Sra. Alda do Espírito Santos.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Bilaine de Ceita (ADI) falou da realização dos jogos da CPLP em São Tomé e Príncipe, encorajando e agradecendo o Governo por assumir a realização dos mesmos jogos.

O Sr. Deputado Esmael da Glória (ADI) disse que o Grupo Parlamentar do ADI não teme o debate sobre matérias que se prendem com o bem-estar social.

O Sr. Deputado Vasco Guíva (MLSTP/PSD) relembrou a questão relacionada com o consumo de água não tratada, pela população de Santana e arredores.

Por sua vez, em assuntos de interesses políticos relevantes, o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD) apelou a que se faça política com verdade, responsabilidade e coerência.

O Sr. Deputado Pedro Carvalho (ADI) felicitou três cidadãos são-tomenses na diáspora, nomeadamente Hamilton Trindade, Kátia Aragão e Nilton Medeiros, pela participação no festival cinematográfico da CPLP, em Portugal.

Por fim, o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) felicitou a Sra. Deputada Maria das Neves, pela sua intervenção.

Ordem do dia. – Foram aprovadas, em votação final global, as propostas de lei n.ºs 25 e 26/X/7.ª/17 – Lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2018, após a leitura dos relatórios da 3.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Mário Rainho (ADI) e 28/X/7.ª/2018 – Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, após a leitura do relatório da 2.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Pedro Carvalho e 29/X/7.ª/2018 – Lei que aprova o Regulamento de Disciplina Militar (RDM), após a leitura do relatório da 2.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Arlindo Santos.

Procedeu-se também votação final global dos projectos de lei n.ºs 30/X/7.ª/2017 – Lei-quadro dos Recursos Hídricos, após a leitura do relatório da 4.ª Comissão Especializada Permanente, pela Sra. Deputada Anaydi Ferreira e 42/X/7.ª/17 – Lei Base de Saúde, após a leitura do relatório da 5.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Egrinaldino de Ceita. Foram apresentadas declarações de votos, pelos Srs. Deputados Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) e Danilson Cotú (PCD).

Foi ainda apreciado e aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global o projecto de resolução n.º 69/X/7.ª/18 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional.

Intervieram os Srs. Deputados Jorge Amado (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (UDD), Danilson Cotú (PCD) e Abnildo d' Oliveira (ADI).

Por fim, foram apreciadas e aprovadas, na generalidade, especialidade e em votação final global, as propostas de resolução nºs 44/X/7.º/2018 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a Entrada e Permanência de um Navio da Marinha Francesa PL no Porto de São Tomé; 45/X/7.º/2018 – Assentimento para o Presidente da República Autorizar a Entrada e Permanência do Navio da Patrulha Oceânico Brasileiro no

Porto de São Tomé e Príncipe e 46/X/7.º/2018 – Assentimento para o Presidente da República Autorizar a Entrada e Permanência do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta Elena, em escala no Porto de São Tomé. Intervieram, além do Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, que apresentou as propostas e as Sras. Deputadas Beatriz de Azevedo (MLSTP/PSD) e Filomena Monteiro, que apresentaram os pareceres da 2.ª Comissão Especializada Permanente, os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI) e Jorge Amado (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 30 minutos

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes as e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' **Oliveira**

Adilson Cabral **Managem**

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**

Anaydi dos Prazeres **Ferreira**

Arlindo Quaresma dos Santos

Berlindo Branco Vilela **Silvério**

Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**

Carlos Manuel Cassandra **Correia**

Celmira d' Almeida do **Sacramento**

Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita

Esmaiel da Glória Espírito Santo

Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos

Gabriel Barbosa dos Ramos

Idalécio Augusto **Quaresma**

Ivo Mendonça da **Costa**

Joaquim Salvador Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d' Alva

José da Graça **Diogo**

José Manuel Macumbo **Costa Alegre**

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Manuel da Graça **Narciso**

Mário Fernando de Jesus Rainho

Martinho da Trindade **Domingos**

Milton Viegas Fernandes **Lima**

Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**

Nenésio Quaresma **Afonso**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Salcedas d' Alva Teixeira **Barros**

Sebastião Lopes **Pinheiro**

Silvestre **Moreno** Mendes

Wilder Monteiro dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Ana Isabel Meira **Rita**

Aérton do Rosário **Crisóstomo**

António das Neves Sacramento **Barros**

António Monteiro Fernandes

Arlindo **Barbosa** Semedo

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Dionísio **Fernandes** Leopoldino

Domingos **Monteiro** Fernandes

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d' Alva

Gaudêncio Luís da **Costa**

Jorge **Amado**

Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**

Maria das Neves Ceita Baptista de Sousa

Mohamed Guadalupe Ramos **da Glória**

Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**

Delfim Santiago das **Neves**

Filomena M. de Fátima dias X. de P. dos **Prazeres**

Jorge Dias Correia
José Luís Xavier Mendes

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD)
Felisberto Fernandes Afonso

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, Sra. Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Sras. e Srs. Deputados, desejo boas-vindas a esta sessão plenária, manifestando desde já os meus agradecimentos a todos aqueles que abraçaram esta fase de prorrogação da 7.ª sessão, com trabalhos abnegados e devotos, para finalizar os documentos que tínhamos em carteira, na especialidade, o que fez com que, hoje, pudéssemos concluir os diplomas e submetê-los à votação final global.

Vamos encetar o período de antes da ordem do dia, nos termos da alínea a) do artigo 83.º, conjugado com o artigo 84.º, ambos do Regimento.

Convido a Sra. Secretária a proceder à leitura de expedientes que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Muito obrigada Sr. Presidente.

Sr. Ministro da Defesa e da Administração Interna, Sra. Ministra da Justiça e Direitos Humanos, muito bom dia.

Vou apresentar a lista de diplomas entrados na X Legislatura, 7.ª Sessão Legislativa, isto é, diplomas que deram entrada de 5 de Fevereiro a 8 de Março de 2018.

Temos 2 projectos de lei e 6 projectos de resolução.

O projecto de lei n.º 44/X/7.ª/2018 – Revisão da Lei n.º 4/2010 – Estatuto Administrativo da Região Autónoma do Príncipe, entrou no dia 12 de Fevereiro de 2018 e foi rejeitado, em 21 de Fevereiro de 2018. Situação actual, rejeitado, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 138.º, por infringir à Constituição.

O projecto de lei n.º 45/X/7.ª/2018 – Alteração à Lei n.º 2/99 – Estatuto Remuneratório dos Cargos Políticos Regionais, entrou no dia 12 de Fevereiro de 2018, não preenche os requisitos da alínea d) do n.º 1 do artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional, pelo que se contactou um dos proponentes, na data de 22 de Fevereiro de 2018, para a devida regularização.

Projectos de resolução.

O projecto de resolução n.º 67/X/7.ª/2018 – Fixação da Tabela Remuneratória da Agência Nacional de Protecção de Dados Pessoais, entrou no dia 12 de Fevereiro de 2018, foi admitido no dia 13 de Fevereiro de 2018, aprovado na generalidade, no dia 15 de Fevereiro 2018, aprovado na especialidade, no dia 15 de Fevereiro 2018 e já foi aprovado na plenária do dia 15 de Fevereiro de 2018.

O projecto de lei n.º 68/X/7.ª/18 – Prorrogação da 7.ª Sessão Legislativa da X Legislatura da Assembleia Nacional entrou no dia 16 de Fevereiro de 2018, foi admitido no dia 19/02/18, aprovado na generalidade no dia 19/02/18, na especialidade, no dia 19/02/18. Situação actual, foi aprovado no dia 19/02/18.

Projecto de resolução n.º 69/X/7ª/18 – Assentimento à Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para se ausentar entre os dias 19 e 23 de Março de 2018, a fim de participar no 8º Fórum Mundial de Água a decorrer em Brasília. O pedido entrou no dia 5/03/18, foi admitido no dia 6/03/18, com parecer da 2ª Comissão. Discussão e votação agendadas para os trabalhos de hoje.

Proposta de resolução n.º 44/X/7ª/18 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do navio da Marinha Francesa de nome PM L'HER no Porto de São Tomé, no âmbito da missão conjunta Curyrbe-2018, entrou no dia 9 de Fevereiro de 2018, foi admitida no dia 14 de Fevereiro de 2018, com o parecer da 2.ª Comissão e a sua discussão e votação estão agendadas para os trabalhos de hoje.

Proposta de resolução n.º 45/X/7.ª/18 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do navio de patrulha Oceano Brasileiro, no âmbito da missão Obangame Express 2018, entrou no dia 2 de Março de 2018, foi admitida no dia 5 de Março de 2018, com o parecer da 2.ª Comissão, a discussão e votação também estão agendadas para o trabalho de hoje.

E, por último, proposta de resolução n.º 46/X/7.ª/2018 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do navio da Marinha Espanhola, denominado Infanta Helena, entrou no dia 2 de Março de 2018, foi admitida no dia 5 de Março de 2018, com o parecer da 2.ª Comissão. A discussão e votação estão agendadas também para os trabalhos de hoje.

Muito Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Secretária.

A Mesa recebeu solicitações, por parte dos grupos parlamentares, para intervenções, nomeadamente declarações políticas e assuntos de interesse político relevante. Neste sentido, vamos passar já às declarações políticas, pelo que convido o Grupo Parlamentar do PCD, a seguir, do MLSTP/PSD e, por último, do ADI a proferirem as suas declarações políticas que, nos termos do artigo 85.º do Regimento da Assembleia Nacional, têm a duração de 10 minutos por interveniente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para proferir a declaração política do PCD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministros Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Neste espaço para a declaração política, fomos forçados a, mais uma vez, falar sobre algo que está a tentar ser desvirtualizado por parte do Grupo Parlamentar do ADI, que tem a ver com a Reforma da Justiça. Já dissemos uma vez, repetimos e vamos voltar a fazê-lo quantas vezes forem necessárias: a situação da Justiça em São Tomé e Príncipe exige uma reforma que o PCD entende ser necessária e entende que se deve fazer. Dizer o contrário seria, sim, mentir ao povo.

Gostaríamos de apelar ao povo são-tomense, sempre que ouvir algum representante de uma força política a apontar os dedos ao PCD, dizendo que somos contra e não queremos a reforma, por favor, ignore-o e coloque-o no lugar devido às pessoas mentirosas. Isto nunca foi dito pelo PCD. O PCD entende, sim, que, na base da proposta ou do projecto que foi apresentado por um grupo de cidadãos, existe necessidade ainda de se dialogar, para encontrar o necessário consenso. Dizer que é necessário consenso não significa negar a pertinência da reforma. E tivemos sinais claros de que, num primeiro momento, a proposta apontava no sentido de ter um representante do Presidente da República, um representante da Assembleia Nacional, um representante do Governo, na direcção do Conselho Nacional da Justiça. O PCD reclamou disso e os proponentes voltaram atrás. Isso é resultado do diálogo, é resultado do consenso.

Um outro aspecto que se destacou na altura era que os proponentes diziam que precisavam de 2/3 para poder subscrever o projecto, só que depois veio uma proposta em que se apontava que, caso não existir os 2/3 que se partisse para a maioria absoluta. O PCD também reclamou e houve um recuo. São gestos e nós, na altura, felicitámos os proponentes por terem feito esse recuo, mas existem outros aspectos que o PCD entende que devem ser produto de consenso, e neste momento não existe esse consenso. O PCD manifestou-se disponível para continuar a conversar com os proponentes, com os partidos com assento parlamentar e não só, para se encontrar um consenso. É isso que pensamos em termos da questão da Reforma da Justiça. Dizer o contrário, mais uma vez, digo que é mentir ao povo.

Um outro aspecto que entendemos importante trazer aqui tem a ver com aquilo que foi parte da declaração do Sr. Deputado Levy Nazaré para a imprensa, enquanto Deputado e Secretário-Geral do ADI, acusando a oposição de estar desnorteada. Foi talvez a coisa mais aberrante que ouvi, nos últimos tempos de si, Sr. Deputado. Oposição desnorteada? A oposição tem o seu norte muito bem focado e recomenda-se. Mas entendo porque é que o Sr. disse isso tudo. As suas palavras ainda estão fixadas e o povo ouviu que o senhor tem saudades de estar na oposição. A partir de Novembro estará na oposição.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

Sr. Deputado, eu gostaria de citar apenas alguns exemplos do desnorte do seu Governo e do seu partido, e o povo está atento a isso, repetindo as suas palavras, «*povo de ontem não é igual ao de hoje*». A coisa está a mudar. Por exemplo, só alguns exemplos do desnorte do seu Governo e do seu partido, lançar pedras de obras, muitas pedras; fixar um prazo para a conclusão de obras e depois aquilo ficar ali a banho-maria, desnorte. Quer um exemplo muito prático? A estrada de Boa Morte/Oque-del-Rei está lá até hoje. O prazo para acabar já passou há muito tempo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — O Cemitério de Angolares.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — O Cemitério de Angolares e por aí adiante. São muitas coisas e não adianta a gente elencar tudo, porque o tempo não chega.

Organizar uma conferência internacional, gastar cerca de 500 000 euros e fazer a montanha parir rato, ou seja, o resultado é nulo, é um exemplo de desnorte. Como o outro já disse aqui, foi zero. É um exemplo de desnorte, Sr. Deputado.

Temos mais. Garantir que já tinha financiamento, e isso é muito grave, para a construção do porto em águas profundas, quando o País padece de oportunidades de emprego, uma iniciativa em que se poderia, de alguma forma, apostar para garantir o emprego à juventude e não só, aprovar aqui o Orçamento Geral do Estado, depois sair para Lisboa e anunciar que o sonho morreu, isto é um exemplo gravíssimo de desnorte do seu Partido ADI e do seu Governo. É um desnorte muito grande. Depois teremos que discutir aqui os impactos negativos do fim desse sonho dos são-tomenses, que vossas excelências mataram de forma cruel.

E vamos mais: prometer o lançamento do empreendedorismo jovem, micro-crédito, receberam projectos, garantiram na altura que já havia 500 000 euros de um ex-parceiro nosso e até hoje, nada, é desnorte, meu caro senhor. Micro crédito e por aí adiante.

E vou mais: 4 000 postos de emprego por ano, na campanha. *Cadê?* Desnorte!

Há mais outros exemplos que eu podia ficar aqui a anunciar, vou voltar a atenção a mais um ou dois apenas. O Governo garantiu que já tinha tudo preparado para construir a cidade administrativa, mas nem a primeira brita se lançou, quanto mais a primeira pedra. Desnorte!

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

É a oposição que está desnorтеada, meus caros? O Governo não sabe o que faz.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Só viaja.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — O Governo pegou apenas naquilo que foi o resultado do trabalho de outros executivos e avançou, esticando fios e fazendo uma ou outra estrada, e mais nada. Exemplos de desnorте puro. São esses que estamos aqui a elencar.

Prometeu a requalificação da marginal, desde o Aeroporto até Pantufo, nada se fez. Desnorте, porque já deveria estar concluída.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Vão lançar outro projecto

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Ah! Vão lançar pedra agora, no ano eleitoral.

Atenção, povo de São Tomé e Príncipe, não viaje nas pedras que vão lançar agora. Aliás, o que acho que a população tinha que fazer é andar de capacete, porque será lançamento de pedra, vai ser pedra a voar, porque estamos no ano eleitoral...

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

...mas a efectivação, zero. A isto chama-se desnorте.

Meus caros, eu iria mais, mais, mais, dizer muitas coisas, mas o tempo não colabora connosco.

Vou dizer, em termos de conselho, ao Sr. Deputado: não escondo de ninguém que politicamente somos adversários, mas pessoalmente eu gosto do senhor e vou aconselhá-lo. Pega na Bíblia, no livro dos Provérbios, e leia. Este Livro tem um ensinamento fantástico e eu fui lá buscar o Provérbio 17 verso 19: «Quem gosta de viver brigando, anda no pecado. Quem age com arrogância está à procura da sua própria destruição. Pouco antes da sua queda, o coração do homem enche de arrogância». Meu caro, não viaje na arrogância do seu Partido. Seja você íntegro do jeito que sempre foi, porque a queda do seu partido já está anunciada, Outubro.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, o Sr. Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado Aérton do Rosário é que vai fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário, para fazer a declaração política do MLSTP/PSD.

Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sra. Ministra da Justiça e Sr. Ministro da Administração Interna, Sras. e Srs. Deputados, Excelências.

«É do conhecimento do povo de São Tomé e Príncipe, sobretudo aqueles que infelizmente passaram a ser chamados de povo pequeno, que o País não está bem e que este Governo está desnorтеado. Foram tantas as propagandas em nome do povo pequeno, tantas expectativas e promessas de mudar a vida do povo pequeno, mas o certo é que temos vindo a assistir, a cada dia que passa, que todo o povo em geral, com excepção dos dirigentes do ADI, tem estado a ficar cada vez mais pobre, mais sufocado, com maior dificuldades na vida e muitos já se encontram a viver em extrema pobreza.

Srs. Deputados, já lá vão quase 4 anos de mandato deste Governo, foram feitas muitas promessas ao povo pequeno, nomeadamente, arroz de 13 contos; aumento de salários; criação de postos de trabalhos para jovens, e bem remunerados; cortes de algumas regalias de gestores públicos; proibição de andar com a viatura do Estado aos fins-de-semana; combate à corrupção; justiça para todos; combate aos assaltos e roubos; melhoria dos hospitais, construção de um novo hospital, que deveria ter início em Setembro do ano passado; empreendedorismo juvenil, com crédito garantido e confirmado pelo Primeiro-Ministro, aquando da discussão dos Orçamentos de 2015, 2016 e 2017; internet grátis em todos os distritos e na Região Autónoma do Príncipe, enfim poderíamos enumerar muito mais.

Srs. Deputados, como devem compreender, o que verificamos hoje é que tudo não passou de falsas promessas por parte do ADI. O País caiu no poço, a melhoria de condição de vida prometida se transformou no aumento de custo de vida; aumento da pobreza; aumento do abandono escolar; eliminação do curso nocturno em muitas das escolas secundárias do País; aumento do passe de transporte escolar; aumento dos impostos e taxas a todos os níveis; aumento de exploração laboral; adiamento de mais uma hora, que tem estado a prejudicar a saúde dos são-tomenses e o aproveitamento escolar das nossas crianças; aumento dos preços dos transportes e do bilhete de identidade...

Murmúrios do ADI.

...aumento do preço para autenticar documentos; aumento do preço do cartão de contribuinte; aumento de custo com a saúde; falta de medicamentos; aumento da taxa de mortalidade; aumento da criminalidade; aumento da frustração, principalmente na camada juvenil; aumento de roubos e furtos, enfim, aumento da tensão social em geral.

Tudo isso, leva-nos a concluir que estamos perante um Governo de «aumenta só», que só pensa em meter as mãos nos bolsos do povo; um Governo que não se preocupa com o bem-estar social do povo; um Governo que, a todo custo, quer levar o País a um ritmo de cada um por si, Deus por todos.

Em suma, estamos perante um Governo incompetente e irresponsável,...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Como é que estão fracos assim?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ...contrariamente àquilo que nos chamam.

É o momento de fazermos reflexão e pensarmos sinceramente no País e no bem-estar de todos.

É o momento de unirmos as forças, para fazer valer o espírito do 3 de Fevereiro, o dia dos Heróis da Liberdade.

É o momento de mostrar que, a final de contas, somos um povo grande e forte e não um povo pequeno, como nos quiseram apelidar.

Para terminar, quero aqui lançar um desafio a todos os são-tomenses, para mostrarmos a nossa grandeza e dizer a este Governo que tanto nos massacra e nos destrói...

Uma voz ADI: — Lê bem.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ... que, afinal de contas, somos um povo grande, lutador, um povo de vitória e conquistas, um povo disposto a virar a página do País e dar um outro rumo à política devastadora e maléfica que vimos assistindo.

Uma voz ADI: — Quem escreveu isso?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — O MLSTP/PSD está pronto para mostrar outra forma de governar o País, criar o verdadeiro bem-estar para todo o povo de São Tomé e Príncipe, sem excepção.

Para o MLSTP/PSD, não haverá povo pequeno, nem tão pouco povo grande, mas igualdade de oportunidades para todos, pois todos devem crescer na escada da vida, transformar-se numa classe média com condições para viver, custear as suas despesas e dar felicidades aos seus filhos.»

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Uma voz ADI: — Cotú foi melhor. Ele não fez *copito*.

O Sr. **Presidente:** — Por último, tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para proferir a declaração política do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, para aqueles que muitas vezes dizem aqui que as declarações políticas devem ter um rumo, um sentido, ficou demonstrado aqui que cada partido faz a sua declaração política como achar, como entender. Os dois intervenientes, quer do PCD quer do MLSTP/PSD demonstraram isso. Para que na próxima vez alguém não venha dizer que isso não é declaração política. Logo, é o que eu dizia na declaração política, cada partido é livre para fazer declarações como bem entender. Ficou claro.

Um conselho que eu dou às pessoas todas, mesmo às pessoas que estão a nos escutar lá em casa: quando se escreve algo e se manda alguém ler, a pessoa que vai ler tem que se apropriar daquilo que está escrito.

Aplausos do ADI.

Porque se não, fica ridículo...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sem argumentos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Isto é declaração política? Isso é vergonhoso.

O Sr. **Vasco Guiva (MLSTP/PSD)**: — Isso é declaração política?

O Sr. **Aérton do Rosário (MLSTP/PSD)**: — Essa é declaração política?

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — ... por isso é que nas nossas vidas, não temos tempo, às vezes, para escrever tudo o que queremos dizer, pelas nossas funções não temos tempo, não temos disponibilidade e é normal que alguém escreva para nós, mas pelo menos, temos que ler muito e com antecedência e apropriar-nos, para não passarmos vergonha, como aqui se assistiu. Mas há alguém que, pelo menos, soube apropriar-se daquilo que leu, que é o Sr. Deputado Danilson Cotú. Apropriou-se para apenas atacar o Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Danilson Cotú (PCD)**: — Eu é que escrevi.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — Ah! O senhor mesmo é que escreveu. Não foi o caso do MLSTP/PSD.

Já agora, quero dizer que uma coisa é o que vamos para a televisão dizer, que estamos disponíveis, de acordo, estamos prontos, estamos isto e isto, mas é conversa para fazer o boi dormir, porque quando se chega à reunião, mostra-se e prova-se que não estamos nada de acordo. É o que está a acontecer com a reforma da Justiça. O que Sr. Deputado Danilson Cotú veio ao público dizer não é nada daquilo que ele fala nas reuniões. É por isso que há gravações.

O Sr. **Vasco Guiva (MLSTP/PSD)**: — Queremos a gravação do encontro.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — Na última reunião que tivemos...

O Sr. **Vasco Guiva (MLSTP/PSD)**: — Confira as gravações. Queremos a gravação do encontro.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — Na última reunião que tivemos, os proponentes ridicularizaram o Deputado Danilson Cotú, porque disseram que tiveram um encontro prévio com o Partido PCD e aquilo que os membros do Partido PCD disseram a esse grupo de proponentes não era nada daquilo que o Deputado Cotú estava a defender lá.

Ridicularizou...

O Sr. **Danilson Cotú (PCD)**: — Isto é ridicularizar?

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — ...sim.

O Sr. **Danilson Cotú (PCD)**: — Vá consultar um dicionário.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — O Sr. Deputado Danilson Cotú que fala, fala e fala, diz e diz, sabe e o povo sabe que ele foi Ministro dos Desportos.

O Sr. **Danilson Cotú (PCD)**: — Com muito orgulho.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — O que é que ele fez para o desporto de São Tomé e Príncipe?

Murmúrios.

Aplauso do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — O que é que o Deputado Danilson Cotú fez para o Desporto e para a juventude de São Tomé e Príncipe?

O Ministro Sanches, do ADI, não precisa falar e nem nós falarmos. A juventude de todos os distritos e até a Região Autónoma do Príncipe sabe. Por isso, os factos falam por si. Nem precisamos responder isso ao Deputado Cotú.

O Sr. **Vasco Guiva (MLSTP/PSD)**: — Onda de vitória, balúrdio de dinheiro.

O Sr. **Levy Nazaré (ADI)**: — O Sr. Deputado Danilson Cotú esqueceu-se de que o seu partido escreveu uma carta a um governo irmão da nossa sub-região, chamando todos os são-tomenses de famintos...

O Sr. **Aérton do Rosário (MLSTP/PSD)**: — Isso é declaração política?

O Sr. **Vasco Guiva (MLSTP/PSD)**: — Não, isso é um desnorteio claro de que Levy está sem ideia, sem convicção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O Sr. Deputado Cotú pertence a um partido que não tem liderança e o seu líder teve que ir para a televisão dizer ao povo: «eu é que sou o Líder do PCD». Isto é uma vergonha nacional! Mas o povo sabe e está atento. E o povo sabe que quem está frustrado são aqueles que sempre viveram à grande e à francesa à custa do povo e hoje como estão na oposição, estão a chorar e querem que o povo todo vá com eles...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Você viveu mal alguma vez?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...o povo sempre esteve mal e o ADI é que está a tirar o povo da desgraça.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... o ADI é que está a tirar este povo da escuridão e do mal em que sempre viveu com esta gente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Por isso, vocês choram e lamentam as vossas desgraças, mas não metem o povo nisto. Vocês é que estão a lamentar, vocês é que estão a passar fome, porque não sabem trabalhar.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O único trabalho vosso é estar no poder. Se não estão no poder, não sabem fazer mais nada. Não, temos quem é honesto aqui. Não estou a fazer hipocrisia. O Sr. Deputado da UDD é um trabalhador...

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ...que põe a mão na agricultura, na terra. Todo o resto só quer ser dirigente. Quando não é dirigente, fica a chorar, e o povo sabe disso.

Um dia, quando deixar a minha vida política, serei advogado. Sei fazer outra coisa na minha vida. Vão fazer outra coisa.

Por isso, minha gente, o povo já vos conhece.

Podem vir responder, podem anotar e vir responder, agora nos assuntos de interesses relevantes. Nós também vamos responder. O povo está atento.

O que temos que fazer, e já pedi a todos os dirigentes do ADI e ao Governo, em vez de estarmos preocupados com estes que só sabem viver no poder e não sabem fazer outra coisa, é resolver o problema do povo. Vamos continuar como sempre fizemos, desde 2014, quando assumimos o poder. Lá onde não há estrada, vamos continuar a fazer estradas. Onde não há luz, vamos continuar a pôr luz. Eles dizem que é só puxar fio, vamos continuar a puxar fios, porque o povo que não tem fios está à espera do fio.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Andam a dizer que o ADI só está a puxar fios. O ADI vai continuar a puxar fios para todo o povo que não tem energia. E depois, quando chegar o momento das eleições, o povo vai julgar o ADI e também vai julgar a oposição. Por isso, já disse e volto a repetir aqui que as eleições não são só para julgar quem está no poder. As eleições são para julgar também quem está na oposição. Por isso, estamos tranquilos e vamos continuar a trabalhar para melhorar as condições de vida da população.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, mas dentro de um clima de paz e tranquilidade.

Srs. Deputados, eu não quero que haja mais tanta agitação como temos vindo a registar e é por isso que faço este apelo. Digo isto, porque verifico mesmo nesta sessão plenária o comportamento de algumas pessoas mais velhas e se calhar mais responsáveis perante os outros Deputados mais novos.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — O senhor é mais velho e não dá exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Vejam só a diferença. É essa diferença que peço que tenham em conta.

Juventude não é pegar na sessão plenária e esfrangalhar. Não é nada disto. É ter um comportamento ético e de boas maneiras como requisito da nossa Assembleia.

Eu vejo em todas linhas onde há pessoas adultas, ou seja, mais velhas, que encaram a sessão plenária com algum respeito. Agora, os mais novos ...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Quando o Deputado Levy queria lutar aqui o Sr. também estava a dar socos na mesa.

O Sr. **Presidente**: — Isto foi na altura e sofremos as consequências. Se tiverem boa memória, recordarão que sofremos as consequências.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Cada um tem o seu tempo.

O Sr. **Presidente**: — Mas cabe a mim fazer este apelo, porque constantemente uma data de juventude que deveria mostrar o exemplo, está a descarrilar.

Sr. Deputado Vasco Guiva, desculpe chama-lo pelo nome, o senhor modere a sua linguagem! Eu mesmo, em *off*, tenho-lhe pedido, variadíssimas vezes, que modere a sua linguagem. Não é atitude simpática como Deputado da Nação.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Não vem virar só para nós. Não é o momento.

O Sr. **Presidente**: — O seu líder está a pedir-lhe que tenha calma. Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, penso que faço parte e quero juntar-me ao grupo dos jovens e os mais novos no Parlamento, para dizer que há pessoas que não se revêem em alguns comportamentos menos condecorosos. É de lamentar esta situação e eu penso que todos nós aqui somos adultos, apesar de alguns terem mais idade e outros terem menos idades.

É regimental que os Deputados possam se manifestar ou fazer algum ruído na Sala, enquanto o orador estiver no uso da palavra, mas este barulho não pode impedir que o orador conclua o seu raciocínio.

Enquanto fazemos esta manifestação, que é permitida pelo Regimento, nenhum Deputado está autorizado a ligar o micro para falar, para aumentar o som e impedir que outro Deputado que está no uso da palavra possa terminar o raciocínio. É este comportamento que reprovamos. Falo em nome do Grupo Parlamentar do ADI que este comportamento deve ser evitado. E falo directamente para o Sr. Deputado Vasco Guiva.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos e vamos agora abordar questões que têm a ver com assuntos de interesses políticos relevantes.

Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder a intervenções dos Deputados inscritos nas listas dos grupos parlamentares, submetidas à Mesa, para tratamento de assuntos de interesses políticos relevantes, nos termos da alínea c) do artigo 83.º do Regimento. O tempo global reservado para as mesmas é de 60 minutos e estão distribuídos proporcionalmente, sendo para o ADI 35 minutos, para o MLSTP/PSD 17 minutos, para o PCD 5 e para o Deputado do UDD 3 minutos.

Posto isto, vou passar a chamar os Srs. Deputados, em consonância com a lista que me foi entregue.

Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sra. Ministra da Justiça, Srs. Ministros, sempre digo que, nestes 3 minutos que tenho, terei que trazer e levar informação também.

Hoje não vou falar de todo o País, mas vou falar do meu Distrito. Lembá é um distrito industrial, é um distrito com toda estrutura, é um distrito que tem sua a justiça, que tem a sua educação, sua saúde, tem pesca, pecuária e agricultura, mas hoje é um distrito com mais índice de pobreza em relação aos outros distritos.

Meus Srs. e minhas Sras., é lamentável que, desde Dezembro que este povo anda informar que não há TVS neste distrito mas eu penso se fosse Lobata, Água - Grande, Mé-zochi, acho que eles não admitiam esta situação.

Eu não sei, por ser um povo humilde, um povo respeitado ou então, porque o Primeiro-Ministro não gosta de povo de Lembá.

Então nós estamos numa situação péssima.

Rádio a bocado está a falar porque o factor climático está a ajudar, inicia 10h e 18h já não fala.

É um povo desinformado até agora.

E portanto eu quero dizer aos Senhores, temos grande problema em Lembá.

Eu já trouxe muitas recomendações.

De túnel para frente há erosão marítima, eu já faço esta intervenção mais de três vezes.

Eu já falei com o Ministro das Obras Públicas mais de três vezes para que ele mandasse dar manutenção a esta erosão marítima.

Meses de Abril e Maio que são meses de mar bravo, acho que, se continuar deste jeito nós já não vamos ter mais a estrada de túnel para frente.

E é por isso que eu quero vos dizer, esta mudança climática trouxe bom aproveitamento em relação a chuva, choveu bem, mas também trouxe muito prejuízo para a agricultura e pesca.

Nós não estamos bem, há uma destruição grande.

Posto Sanitário de Santa Catarina, havia um transporte lá, que foi a acidentado não muita coisa que até agora este transporte está lá a sua sorte que não há solução.

Meus Srs. querem conhecer cemitério do carro de Estado? Vai para Câmara de Lembá, vão conhecer cemitério de carro.

Nós temos um Governo maioritário, este Governo tem que investir em Lembá, se não investir não há hipótese.

Nós estamos muito mal, eu fui para Obô de Ribeira Funda e constatei que a água que as pessoas utilizam lá é triste.

E acho que a EMAE tem que dar volta para todas estas comunidade e não ficar aqui só na cidade e nos distritos da cidade.

Dar volta, salvar este povo que sofre, este povo que não tem duas refeições.

Porque um povo desempregado não tem duas refeições, uma pessoa desempregada vai garantir duas refeições como! Ele vai roubar?

Eu pergunto.

Um Povo desempregado tem duas refeições?

Eu quero alguém que vem aqui defender isto.

Uma pessoa desempregada não tem duas refeições, ele levanta de manhã, come qualquer coisa e desenrasca para jantar e ele tem que antecipar desde uma hora ou seja desde 13 horas, porque se ele não antecipar ele dorme com fome.

É por isso, que eu peço para Srs. vamos tomar consciência.

Por isso que eu gostaria que o Sr. Ministro da Obras Públicas desse atenção porque se não os meses de Abril e Maio com o mar bravo que virá nós iremos perder a estrada.

É a recomendação que gostaria de deixar para dar Lembá uma mão e eu quero deixar para última coisa.

É muito cedo, se o Primeiro – Ministro estiver interessado e preocupado com o povo e país ele não pode abandonar o gabinete e estar na campanha, está muito cedo, aquilo falta mais sete meses, porque nós não podemos estar só a pensar no poder meus Senhores.

Se pensarmos só no poder estamos arrumados.

Porque um homem que tem preocupação não pode abandonar seu gabinete com a sua comitiva com caro de Estado em campanha em Lembá.

Então, quer dizer que já começou campanha em Lembá, quer dizer que ele não está preocupado, ele está precipitado.

Ele está precipitado com a eleição porque o povo de ontem não é povo de hoje.

Ele está precipitado porque este povo mantém silêncio e quando um povo mantém em silêncio é muito perigoso.

O povo não está a falar, o povo mantém em silêncio e está a espera da solução ...

O Sr. **Ivo Mendonça** (ADI): — O Sr. é que está precipitado.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — ...e o problema dos são-tomenses já está na Justiça só falta o dia para ler a sentença. Não é preciso preocupar. E este povo não é brincadeira.

Ninguém vai dizer que tem poder na mão, ninguém aqui. A decisão do povo, ninguém sabe, é isso

Então não é preciso demanda, não é preciso problema, o que nós queremos é um país organizado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Silvestre Mendes, para uma intervenção.

O Sr. **Silvestre Mendes** (ADI): — Bom dia Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados bom dia. Em primeiro lugar gostaria de pedir ao Governo a possibilidade de mandar construir muro de vedação para algumas instituições de Estado no Distrito de Lembá que é o Jardim da Roça Lembá e Escola de Ponte Samú, e também a Escola da Dependência Esprainha.

E pedir também ao Governo para ver a possibilidade de mandar construir um muro de vedação para Tribunal Regional do Distrito de Lembá de modo a dar melhor visibilidade a este edifício do Estado.

Por outro lado, eu gostaria aqui de mostrar a minha satisfação, juntamente aos moradores da Comunidade de Maria Luísa, que demorou um pouco tempo mas hoje o Governo já começou a fazer o trabalho da energia nesta comunidade.

Estou ouvindo o Sr. Deputado Vasco Guiva a dizer onde está a energia da Maria Luísa e digo que neste momento está-se a colocar luz e qualquer pessoa que quiser ir para lá nesta comunidade verá. E digo que o nosso Governo está de parabéns, eu estou de parabéns, e todos sabem que energia é uma necessidade básica para qualquer. Uma pessoa e hoje esta comunidade estará de parabéns porque eu tenho a certeza que daí a alguns dias o Governo irá inaugurar esta energia e não é só dizer lançar e lançar pedra.

Estão a lançar pedra e estão a concluir essas obras.

Também gostaria de dizer aqui o seguinte:

Sobre o problema de TVS muitas pessoas deste distrito lá sabe que problema de TVS é um pouco grave e não é porque o Governo não quero resolver este problema.

Segundo a informação que eu tenho é que o Governo já está resolvendo o problema porque se trata de uma peça que tem que ser construída e o Governo já mandou construí tal peça e maioria parte da população já sabe qual é o problema da TVS.

Outra questão que quero trazer é seguinte: existe algumas pessoas, algumas figuras políticas que eu considero que é muito maduro na política que eu gostaria de confirmar aqui que alguns estão desnorteados mesmo e vou explicar o porquê.

Porque maioria parte dos políticos agora correm para roça de forma a enganar pessoas levando mentiras e calúnias contra o Governo e que só são mentiras e vou confirmar.

Estou a dizer sobre aquilo que aconteceu na minha zona, vivo lá e sei de aquilo que estou a dizer.

Pessoas que ocuparam cargo alto neste país a confirmarem que o Governo está a recolher todo o dinheiro velho, as notas velhas para fazerem campanha.

A fazerem esta confirmação eu digo que é um pouco grave porque estas pessoas são conhecedor de matéria e sabem que o Governo não pode fazer isso e eu fico com um pouco de dúvida e pergunto.

Será que na volta passada, quando o dinheiro foi trocado o partido que estava no poder na altura levou todo este dinheiro para sua casa?

Porque eu fico em dúvida.

Aplausos do ADI.

Se antes foi assim, agora eu acho que não há margem para isto e o povo, mesmo aqueles das roças que não estão a ver a TVS mas algumas pessoas seguem as notícias através da Internet

Dizem que o Primeiro-Ministro não gosta do povo de Lembá e acha que o povo de lá tem cultura um pouco baixa, mas não. Nós estamos com a vista aberta e esta mentira já não serve para lá. Este tipo de mentira, já não serve para este distrito ...

O Sr. **Aértom do Rosário** (MLSTP/PSD): — Câmara de Lembá não está para ser cemitério de transporte.

O Sr. **Silvestre Mendes** (ADI): — ...primeira pessoa que começou a criar este cemitério de carro é o partido MLSTP/PSD que estava lá.

Eu gostaria de dizer, sobre o problema de energia da Comunidade de Maria Luísa, está de parabéns e eu também estou de parabéns e muito obrigado ao Governo de levar este benefício a esta comunidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Muito obrigado Sr. Presidente. Contrariamente a que eu pude ouvir aqui que já começam alguns desdêns, mas eu fico satisfeito porque quando se desdenha é o sentido da ignorância. Quem não sabe ouvir é ignorante. E dizer Sr. Presidente, que eu estou preocupado. Preocupado estou com a situação do meu país.

Preocupado estou porque algumas pessoas que só vivem quando estão no poder e posso-lhe confirmar e quem quiser provar o contrário que venha aqui dizer que sou dentre aqueles que se excepcionalmente vive bem fora do poder. Que fique bem claro.

E quanto ao trabalho, o povo pode observar e as pessoas que têm dúvidas e também se quiserem, estou disponível para apontar o trabalho que eu faço.

Preocupado estou sim com meu país, é preciso diminuir arrogância e saber ouvir e aproveitar as chamadas de atenção para fazer o melhor.

Vamos para o hospital minha gente.

Esta tudo bem?

A questão da celulite, está resolvida? Amputar pernas aos cidadão quase todos os dias, isto é bom vir dizer aqui que esta bem! Que o povo está satisfeito?

A questão de aumento de caso de paludismo que já estava quase eliminado não é preocupação para nó aqui dizermos vamos lutar e tentar combater isto!

Esta tudo bem?

A questão inundação das nossa cidade quando chove, a questão das sarjetas, esgotos quase que se tem se andar de canoa, está tudo bem?

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Está sim!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Minha gente vamos pôr mão na consciência este país é de todos nós, o poder tem que fazer o seu papel, as pessoas que defendem o poder fazem o seu papel, mas nunca tentar atirar areia para os olhos dos outros como se fosse que nós somos todos uns cegos, porque há pessoa que veio cá falar, tem olhos, vê e observa, quem quiser apontar dedo a Delfim Neves que venha aqui, o papel do Deputado aqui não é para sátiras, nem sátiras, nem devassas. O papel do Deputado é apontar casos e encontrar soluções políticas para resolver o problema do povo, alguns de nós vem para aqui só com tendência de tirar sátiras e devassas, porque você não fez eu também não posso fazer, não se justifica o mal do outro para fazer também o mal. Muito obrigado.

Aplausos do PCD, MLSTP/PSD e UDD.

Entretendo assumiu a presidência, o Sr. Vice – presidente, Levy Nazaré, quando eram 11horas 33 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputado Alda Ramos, para uma intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Obrigada Sr. Presidente. Sra. Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A minha intervenção vem no quadro do dia 8 de Março, dia internacional das mulheres, e eu gostaria de aproveitar este púlpito para endereçar algumas saudações.

Em alusão ao dia 8 de Março, eu venho em nome da Rede das Mulheres Parlamentares, saudar a todo as mulheres do mundo inteiro e em particular as mulheres são-tomenses. Nós, as Deputadas, apelamos para que esta circunstância não seja apenas uma ocasião de distração, mas sobretudo de iniciativas reflectindo sobre o nosso contributo individual para o desenvolvimento global da África e de São Tomé e Príncipe em particular e que cada uma de nós deve questionar qual é o nosso papel no desenvolvimento do mundo inteiro, no desenvolvimento do nosso país, qual é a nossa contribuição e o que já fizemos até agora para que o nosso país ou a nossa África atinja o patamar desejado.

Um bem - haja a todas as mulheres do mundo inteiro. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tema a palavra a Sra. Deputada Beatriz de Azevedo, para uma intervenção.

A Sr. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Vice-Presidente, Sra. Ministra da Justiça, caras e caros colegas, bom dia.

Eu tomo a palavra para trazer a preocupação da população do Distrito de Caué em termos da comunicação social TVS. Há tempos, eu já tinha colocado esta preocupação, em que a antena que emite o sinal da TVS, está na localidade de Solidade e para aquela antena funcionar é preciso que o gerador eléctrico, seja abastecido, gostaria de dizer que ao longo desses anos quem tem custeado as despesas com o gerador eléctrico é a Câmara Distrital de Cauê. Porque a Câmara Distrital de Caué, como vive de créditos de combustíveis, receberam uma nota dizendo que a empresa suspenderia a entrega dos combustíveis por causas das dívidas que a Câmara tem para com a empresa, isto vem acarretar ainda mais as despesas que a Câmara tem vindo a realizar, mesmo sabendo que a TVS ao longo desses anos todos é uma vergonha, nós sempre ouvimos que os apoios, o crédito a melhoria de TVS, a melhoria de instalação, mas a imagem que está sendo transmitida, eu tenho receio de dizer, eu quase que não percebi da visita da Presidente da República Portuguesa aqui em São Tomé. As imagens são péssimas, ao longo dos anos a TVS, não tem melhorado em nada as imagens que são transmitidas a população. Por isso Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra, e Caros Deputados, há que se fazer algo para antena de TVS no Distrito de Caué, porque nós a população de Caué vamos ficar sem aquela informação, mesmo mal, vamos ficar sem ela, por causa da negação de dar combustível fiado para que a Câmara pudesse pagar posteriormente. Isto devido a falta de pagamento que o Governo não tem honrado com os seus compromissos ao longo destes anos. Muito obrigado.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente, José Diogo, quando eram 11horas 41 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, para uma intervenção.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministra, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu tomo palavra, apenas para referir a uma questão muito importante, que tem a ver com as negociações que tiveram lugar entre o grupo parlamentar da oposição, o grupo parlamentar que sustenta o Governo e também os proponentes da Reforma da Justiça que tem a ver com a criação de um Conselho Nacional da Justiça. Eu falo disto porque na intervenção de um Sr. Deputado, dizia que tudo que se propôs, dá impressão que nas negociações a outra parte concordou, não é? Eu queria apenas dizer o seguinte: o consenso significa que tudo aquilo que se leva para uma negociação tem que ser aceite? Se nós levamos algo para uma negociação, eu acho que negociação é cedência, se durante a negociação nós apresentamos uma proposta e esta proposta não for aceite, não significa que temos que contribuir para bloquearmos o avanço dos trabalhos dizendo que a nossa proposta não foi aceite, repara nós estamos a negociar, uma das nossas propostas foi aceite...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não fala o que você não sabe.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ...foi o senhor Deputados que disse aqui, quando propôs que ao invés de ser numa determinada modalidade deveria ser outra e a outra parte concordou, logo...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Você não estava lá!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... eu não estive, mas tenho lá representantes, logo, eu acho que a nossa proposta não avançar ou não ter sido acolhida, não significa que não há lugar para o consenso, eu acho que aqui há um erro de estratégia, nem é o erro de estratégia é uma questão de má-fé. Nós temos que começar a olhar para o país acima de tudo, porque se toda gente faz referência a necessidade de se reformar a justiça temos de ir de boa-fé para que as coisas avancem, esta é uma situação que eu acho que é preciso termos atenção.

Também falou da questão de desnorte, eu realmente não sei quem está desnordeado, quem não está desnordeado neste país, porque eu recordo que há bem pouco tempo a oposição dizia que o país está como que, sobre o barril de pólvora a qualquer momento o país pode explodir, não é isso? Mas no entanto uma país sobre o barril de pólvora, eu acho que as pessoas estão a querer enganar outras pessoas, e nós nos últimos tempos temos recebido visitas importantes em São Tomé e Príncipe, um país sobre o barril de pólvora é um país de insegurança, um país como a oposição tenta passar não é normal que se receba visita tão ilustres no nosso país, por isso eu acho que há qualquer coisa que não está a bater muito bem, eu não sei de facto quem é que está desnordeado, não sei!

Há uma questão que eu não gostaria de voltar porque nós já falamos disto bastante aqui, mas tendo em atenção que um Sr. fez referência a isso tem a ver com o aumento de criminalidade e por acaso, eu vou vos dizer que eu não queria falar disto mas eu vou falar. Quando o Sr. Deputado fez referência ao aumento de criminalidade, alguém ligou para mim e disse-me assim, “*não te esqueça de dizer que de facto tem havido aumento de criminalidade, porque a criminalidade chegou até a Assembleia Nacional, com destruição de urnas, destruição de microfones destruição até de mesas*”...

Aplausos do ADI.

...e na verdade, a ameaças e criminalidades aumentaram e chegou até aqui na Assembleia.

E outra questão, vou vós lembrar de uma situação importante em 2014. Repararam bem, quem estava a governar São Tomé e Príncipe? Era toda a oposição, mas no entanto toda a oposição perdeu as eleições, e quem ganhou as eleições foi o ADI.

Veja o resultado, o resultado fala por si, então eu não sei de facto qual é o medo da oposição, o que vocês têm que fazer é o vosso trabalho e bem feito, mas se quiserem fazer mal feito podem fazer...

A Sr. **Beatriz do Azevedo** (MLSTP/PSD): — Comprar consciência.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — ... e alguém já disse aqui que em Novembro o ADI vai estar na oposição e os outros vão estar no poder, eu queria só dizer a esta pessoa que há um velho ditado que diz, quem rir no fim, é quem rir melhor. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Muito obrigado Sr. Presidente. Eu rapidamente vou tentar falar de alguns aspecto que eu acho importante para esta nação saber por exemplo:

Disseram aqui numa certa intervenção que os Deputados da oposição vão ser julgados pelo povo. Sim, todos seremos e nós estamos tranquilíssimos neste sentido. Porque nenhum Deputado da oposição vai ser julgado de forma isolada, o povo também vai julgar os dirigentes do ADI.

Muitos que em pouco mais de três anos já estão a construir vivendas com piscinas sem nunca ter ido ao banco fazer um empréstimo.

De onde é que saiu este dinheiro? O povo vai ter que julgar também. Isto é um aspecto importantíssimo.

Prédios, em três anos sem ter ido ao banco contrair um empréstimo. O povo está a ver e vai saber julgar também.

E outro aspecto que é importantíssimo dizer também e vou tentar ser breve. Disse aqui alguém, o quê que Danilson Cotú fez enquanto Ministro da Juventude? Era mais fácil perguntar o quê que eu não fiz.

Eu não ocupei terreno que estava destinado ao campo de Futebol da Trindade.

Uma voz: — Já viu!

Aplauso do PCD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ... eu não fui a Micoló roubar areia e não fiz a onda da vitória e peguei o dinheiro e dei destinos diferentes.

São alguns exemplos e não vou entrar em detalhes.

É melhor perguntar o que eu não fiz do que eu fiz porque a lista pode ser enorme.

Um outro aspecto e muito importante.

Eu fiquei triste quando Sr. Deputado Levy Nazaré, Secretário-geral do ADI, vem aqui dizer que os Deputados da oposição não trabalham.

Eu, Danilson Cotú, sempre trabalhei, fui docente neste país, ainda sou docente, dou aulas.

E eu fiquei muito triste em saber que o Sr. quando olha para os professores neste país entende que aquilo não é trabalho.

É vergonhoso Sr. Deputado.

Os professores trabalham e trabalham com muita força, muita determinação e sem condição laborais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ossáquio Riôa, para uma intervenção.

O Sr. **Ossáquio Riôa** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente. Sras. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Faço uso da palavra para felicitar o XVI Governo pela força, coragem, dedicação e concentração pela forma ordeira que está conduzindo o destino deste país.

Meus Srs., a oposição na democracia, não é nenhum mal. O mal é a maneira vergonhosa e fraca que esta oposição posiciona nesta casa parlamentar.

Uma oposição que deixa estragar para criticar, uma oposição que só critica e não apresenta soluções, uma oposição que só luta para atingir o poder para resolver os problemas familiares, pessoais e grupos dos amigos.

Aplausos do ADI.

...meus Srs., o país está a avançar, nós reconhecemos, falaram aqui de São Lourenço que está-se a fazer estrada para o Ministro Varela.

O Ministro Varela não vive em São Lourenço, hoje temos energia até São Lourenço, ele vive lá?

Meus Srs., tenham vergonha, vocês vão ficar anos e anos na oposição e eu assumo isso.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Sras. Srs. Ministro, Sras. e Srs. Deputados.

Uma Deputada esteve cá a falar de 8 de Março e eu gostava de dizer também algumas coisas sobre 8 de Março.

Mais antes de me referir sobre 8 de Março, gostava de falar sobre 9 de Março.

Hoje 9 de Março faz precisamente 8 anos em que desapareceu uma grande mulher.

Uma mulher que para além de ser património do MLSTP/PSD, passou a ser património da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Que não é necessário aqui fazer grandes apresentações.

A primeira mulher que foi Presidente da Assembleia Constituinte de São Tomé e Príncipe...

Aplausos Gerais.

...e é em memória desta mulher que eu gostava de propor um minuto de silêncio.

Entretanto foi concedido um minuto de silêncio em memória da malograda Alda do Espírito Santos.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Muito obrigada Sr. Presidente. Falou-se aqui de 8 de Março, 8 de Março representa para as mulheres as conquistas alcançadas.

Não foi por acaso que se dedicou um dia as mulheres.

Este dia 8 de Março veio na sequência de várias greves e manifestações que coincidentemente acontecia no dia 8 de Março.

A ser declarado dia internacional da mulher, se fizemos o balanço ouve já várias conquistas alcançadas e sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer.

Mas estas conquistas alcançadas devem ser preservadas ou então melhoradas.

Uma dessas conquistas para o caso de São Tomé e Príncipe foi a lei do trabalho em que as mulheres têm hoje o direito a licença de maternidade durante 3 meses.

Eu sobe que esta licença de maternidade está ficar comprometida, agora as mulheres têm licença de maternidade e não recebem o salário durante o tempo em que estiverem em licença de maternidade.

Uma voz: — Credo!

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Se isto acontece é grave e eu gostava de aproveitar aqui a presença do Governo, da Sra. Ministra da Justiça para tentar e saber se isto corresponde a verdade.

Porque estaríamos a sancionar essas mulheres, estaríamos a penaliza-las do direito que lhes são assistidos de terem este privilegio de ser mãe, de ser trabalhadora, de ser dona de casa e de ser mulher.

Eu ouvi aqui dizer, e não gosto de entrar em polémicas.

Eu gostava de lamentar, nós temos uma casa parlamentar que deveríamos debater ideias, perdemos tempo a debater futilidades.

Meus Srs., temos coisas tão importantes para debater e acho que estamos a perder tempo, estamos a prestar um mau serviço a nação.

E gostava de pedir as pessoas que nos reconsiderássemos as nossas posições. Estamos a fazer 4 anos desta legislatura, vamos fazer o balanço dos nossos comportamentos, nós temos que dar exemplos Srs. Deputados, e é com isso que eu peço a todos para que demos exemplo, debater ideias, há muitas coisas importantes para se debater neste país.

O Sr. **Presidente**: — Se me permitam quero aqui agradecer a intervenção da Sr. Vice-Presidente a Sr. Deputada Maria das Neves, sobretudo por algumas palavras que ela proferiu e acho que chama a consciência de aquilo que eu tenho vindo sempre a chamar, para que os nossos comportamentos melhorassem e peço imensa desculpa, porque não me lembrava e foi um apelo muito bem-feita lembrando a memória de uma ex - Presidente do nosso parlamento que foi a Sra. Alda Graça e que eu também rendo-me homenagem a esta Sra. porque ela foi uma grande Sra. para São Tomé e Príncipe e pelas memórias de ter deixado para o nosso parlamento. Agradeço imensamente a Sr. Vice-Presidente por ter recordado esta data.

E posto isto, vamos continuar os nossos trabalhos. Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita, para uma intervenção.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Muito obrigada Sr. Presidente. Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. O assunto que trago cá tem a ver com a realização dos jogos desportivos da CPLP. Pela primeira vez São Tomé e Príncipe vai realizar os jogos da CPLP, vários anos e por diversas vezes o país tem participado jogos nos diversos países da CPLP mas realizar estes jogos é um feito e uma honra para o nosso país.

Por isso, gostaria a partir deste púlpito encorajar o Governo e agradecer pela coragem que teve em assumir a realização destes jogos e quero assim, parabenizar também o Ministério da Juventude e Desporto e todos os técnicos que directa ou indirectamente envolveram e estão envolvidos na realização destes jogos.

Assim, gostaria de apelar a todos e fazer um apelo especial a população para que haja uma compressão.

Como nós sabemos, o Governo está preparar a realização destes jogos, têm realizado algumas acções no sentido de preparar os campos e os recintos dos jogos e tem havido alguns transtornos e eu estou a falar por exemplo no Liceu Nacional e na praia defronte a Rádio Nacional, onde tem havido obras de preparação para estes jogos.

É neste sentido, que eu gostaria de apelar a população no sentido de compreender uma vez que está-se preparar a realização destes jogos.

Quero também apelar a população no sentido de se envolver nestes jogos.

Vão estar no país cerca de 700 pessoas entra atletas, dirigentes desportivos, jornalistas todos dos diversos países da CPLP e portanto é uma ocasião por excelência para mostramos o que São Tomé e Príncipe tem de melhor e promover o nosso país.

Portanto, apelo a união de todos e das instituições envolvidas, dos atletas, dos jovens voluntario, dos comerciantes, dos operadores na área da restauração porque devemos todos envolver na preparação destes jogos e todos sairemos a ganhar caso estes jogos tenham maior sucesso possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmael da Glória, para uma intervenção.

O Sr. **Esmael da Glória** (ADI): — Muito obrigada Sr. Presidente. Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Eu até não queria tomar palavra, mas dada a natureza do debate esforçou-me a intervir.

Somente para dizer que nós não tememos ao debater sobre a matéria que se prende com o bem-estar social com a vossa excelência. Estou dirigindo a palavra a oposição.

Fazemos isto no dia que os Srs. Deputados quiserem. Com políticas claras e alternativa concreta podemos discutir.

É só para dizer aos Srs. que eu tenho orgulho de trabalho do Governo.

Aqueles que tentaram causar instabilidade política, tentaram causar dificuldade e acrescentaram dificuldade no passado e atrasaram o país, hoje apenas com a ganância do poder, com as agendas pessoais, hoje enganaram-se. Porque têm a frente um Governo forte, porque têm a frente um povo atento, temos a confiança dos parceiros de cooperação, têm medo das divisões internas e fragmentos, têm medo dos militantes que ganharam outra fé e estão a sair cada dia dos seus partidos. E dando conta disto, querem distrair o povo, querem distrair o Governo que trabalha, mas devem saber que quem dá o apoio ao Governo é sempre o povo que hoje tem sinal de progresso.

Quem dá força ao Governo são os parceiros que hoje sentem que o Governo é sério e há condições para investir o pouco. Quem dá apoio ao Governo são as empresas que continua ao lado do Governo e o Governo ao lado deles.

O povo sente que o tempo está a mudar. Continuamos a passar a ideia que ainda não vencemos as dificuldades, continuamos a passar a ideia que ainda temos muitos desafios pela frente.

Como devo em nome do povo aqui apresentar os meus reconhecimentos, digo parabéns ao Governo em dar sinal e levar a vida diferente as comunidades como Claudino Faro, Bernardo Faro, Pedrôma, Quimpo, Monte Belo, Mendes da Silva e várias Comunidades de Mé-zochi como Platô, São Januário, aquele corredor, Comunidade de Lobata como Santa Luzia, Santa Clara, estou falando de levar a corrente eléctrica e mudar a vida das populações, parabéns o Governo.

Aplausos do ADI.

Dulce et decorum est pulchra. É doce e belo o sacrifício do Governo pela pátria.

Por isso, continue com o trabalho Governo e nunca desvie os olhos da visão do futuro com o progresso e nunca entre nas agendas da oposição.

Sempre para frente porque na agenda do Governo tem dias melhores, na agenda do Governo tem progresso certo, na agenda do Governo tem preocupações com os jovens e o investimento público, na agenda do Governo tem preocupação com os funcionários público, na agenda do Governo tem a preocupação com os desempregados e nunca vamos virar a cara. Obrigado Sr. Presidente.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Guiva, para uma intervenção.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Cumprimentando Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, Sra. Ministra da Justiça saudações.

Uso da palavra, ao mando como recorrência uma das minhas intervenções feitas neste púlpito com relação ao sofrimento do povo de Canta Galo, concretamente em Santana e arredores pelo consumo de água que até hoje não é tratada.

Eu fiz apelo ao Governo no sentido de ver junto a EMAE o tratamento da água e porque cobram as facturas e o povo está consumindo esta água imprópria e trazendo com sigo citações de saúde, doença de foro de origem hídrica que hoje no nosso distrito há índice crescente da infecção urinária, índice crescente de febre tifóide, tudo porque o consumo da água, que não é tratada.

Fi-lo, mas pedindo se não tratam, então que parem de cobrar, as populações hoje reclamam deste benefício que não lhe chagam.

Aí, pergunto aos Deputados do poder. Tudo isso também vai bem?

O povo clama e pede soluções, primeira questão.

Segunda questão, porque gosto de percorrer e estar nas comunidades, hoje a comunidade, os pequenos agricultores, possuidores de pequenas terras, lotes, roças, reclamam pelo impacto e a pertinência do Governo em querer cobrar o uso da terra que foi distribuída desde ano 2000.

Parece que o Governo pretende cobrar os impostos pela terra dos anos, se estou no erro Sr. Ministro que me esclareça, a partir do ano 2000, ou seja com uma retroactividade de 18 anos.

E o valor que é hoje estipulado para cobrança aos agricultores que reclamam que não estão em condições de poder suster este mesmo pagamento, tanto que reclamam que a terra já é improdutiva tanto que reclamam por falta de investimento do Estado no sentido de poder investir mais e colher mais. Tanto que, reclamam do escoamento dos produtos hoje que não é eficaz, reclamam também do poder de compra das populações ou seja, estão a produzir menos e o Governo querendo cobrar aquilo que hoje não está na possibilidade dos agricultores em poder pagar.

Se isso for verdade eu peço ao Governo que avalie bem a estratégia das cobranças, vendo a pertinência desta cobrança em situações a avaliar por mérito e determinadas localidades e determinados agricultores e possuidores de terra, porque nem todos estão em condições de garantir este pagamento, porque a vida das famílias já estão precárias e é necessário nós termos em consideração a vida do povo que o poder quis apelar do povo pequeno.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Sr. Presidente, não era minha intenção ter hoje alguma intervenção aqui, mas infelizmente, acho que temos que fazer a política com a verdade. Temos que fazer a política com a verdade e um Deputado para ser um verdadeiro Deputado tem que ser sério, tem que ser responsável e tem que ser coerente.

Nós na semana passada aliás, nesta estivemos reunidos com a sociedade civil, os três partidos da oposição discutindo sobre a pertinência e a necessidade da criação o Conselho Nacional da Justiça.

O Conselho Nacional da Justiça não é a reforma da justiça.

Dissemos que, com a relação a reforma da justiça, estamos disponível a dar todas as nossas contribuições e fazer com que essa reforma da justiça possa a ser uma realidade. Porque na realidade a justiça em São Tomé precisa de ser reformado.

No Conselho Nacional da Justiça com os presentes discutimos problema que prejudica a aplicação do funcionamento deste conselho.

Foi uma discussão aberta, uma discussão amigável, um encontro que saímos satisfeito dele e todos que estavam lá dentro, oposição, poder, tiveram as suas intervenções, saímos satisfeito do encontro.

Porém, solicitamos a Assembleia Nacional para que não houvesse depois deste encontro, o disse que não disse, que não houvesse indevidos que viessem cá para fora trazer aquilo que não se tratou lá dentro. Pedimos que fizéssemos uma gravação de todo o encontro que decorreu nesta casa parlamentar com relação a esta matéria.

A gravação foi feita e o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, solicitamos a cópia da gravação.

A gravação foi desviada, roubaram a gravação que foi feita na casa parlamentar, desapareceu a gravação e finalmente quando chegou o momento de fazermos declaração a imprensa tivemos que suportar aqueles que tem o hábito de satanizar os outros, o boçalismo, a má conduta, a falta de educação de Deputado que lá dentro é peixe e cá fora mais é asno.

Portanto Sr. Presidente, houve aqui apelo com o qual nós revemos, houve aqui apelo para que aqui na casa parlamentar se possa discutir problemas do interesse nacional e é com relação a este e outros apelos que eu espero que quando se vêm aqui ao púlpito que se deixe de boçalismo, porque nós também sabemos fazer. Dizem que os Deputados da oposição não trabalham, que só esperam o poder, mas eu dou emprego a muitos, e se os Srs. Deputados quiserem emprego também dou...

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

Sei estar no momento do poder e sei estar no momento de oposição. Nunca exijo do poder aquilo que o poder não pode dar e nunca exijo, enquanto oposição, nada ao poder porque sei que o poder não vai dar. Mas uma coisa é certa: antes de apontar o dedo aos outros, devemos saber que há quatro a apontar para nós. Há Deputados aqui na Assembleia Nacional que são Deputados, são membros do Conselho de Administração, têm pais membros do Conselho de Administração, têm irmãos directores em todos os sectores do Estado, mas nós perguntamos, o ADI ganhou eleição para cuidar do povo ou para cuidar de meia dúzia de pessoas que vivem e não querem sair do poder? Porque só assim é que conseguem construir casas com piscina, só assim que têm possibilidade de roubar madeiras e destruir as florestas. Só assim têm a possibilidade de roubar areia na praia e não ser punido, é assim que o ADI quer viver? É assim que os seus Deputados vêm o país, vêm a governação? Obrigado Sr. Presidente.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abinildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente, Sra. e Sr. Ministro, caros Deputados, povo de São Tomé e Príncipe. Eu trago alguns assuntos que gostaria de abordar como assunto de interesse relevante, mas antes gostaria de dizer as pessoas que eu e o Sr. Deputado Danilson Cotú, temos tido boas relações inclusive na Comissão Especializada da qual fazemos parte, mas hoje, lamentavelmente, teve uma atitude que deixou muito a desejar...

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh! Oh!

O Sr. **Abinildo d'Oliveira** (ADI): — ... o Sr. Deputado, depois da sua intervenção, nem conseguiu mais olhar para minha cara, se ele tivesse a oportunidade, ao ir sentar-se no seu lugar, daria a volta por outro lugar.

Eu, em 2008, quando regresssei ao país, já disse aqui nesta Casa que não venho cá discutir assuntos pessoais, não foi para isso que fui eleito. Venho sim para discutir assuntos do país e da nação, mas se eu tenho-me contido em não responder às provocações é para consentir, ou melhor cultivar este espírito de resiliência quanto a mentiras, difamação e calúnias.

O Sr. Deputado mentiu, quanto à questão do campo de futebol e hoje eu explico. Recebi muitas mensagens, porquê que o Abnildo não responde? E, desde que estou nesta casa nunca respondi quanto a este assunto. Peço desculpa ao meu grupo parlamentar mas, tenho que o fazer.

Em 2008, quando regresssei ao país, fui comprar uma quantidade de sal. Se calhar, equivalia uma ou duas colheres de sal a 20 mil dobras. A população estava a passar muito mal e com este valor..., Desculpa só o Sr. Deputado Arlindo Barbosa queira desligar o seu micro!

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Oh! Peço desculpa.

O Sr. **Abinildo d'Oliveira** (ADI): — ...com o mesmo valor em Moçambique, onde eu estudei, comprava-se dois quilos de sal, eu não comprava nem 250 gramas de sal. A população estava a passar mal. Hoje, nós do ADI não estamos a dizer que a população esteja bem, mas nós estamos a trabalhar, a consentir esforço

para que a coisa melhore, e na intervenção da Sra. Deputada Maria das Neves, fez-me lembrar a D. Alda, quando cheguei ao país. Eu tinha um programa na Televisão, 'STP – Perspectivas', e tive a oportunidade de entrevistar a Sra. D. Alda, convidei-a para o programa, ela chorando para mim, dizendo meu caro, vocês são jovens, são o futuro desta nação, não cometam os mesmos erros que nós mais velhos, cometemos. Ela chorava para mim, sobretudo o monumento de 3 de Fevereiro que partiram em Fernão Dias e hoje está lá, o ADI levantou em memória dos mártires da liberdade. Este é o país real!

Aplausos do ADI.

Para não seguir os mais velhos, por isso, eu digo, eu sei que o Sr. Deputado vai exercer o Direito de resposta, o Sr. Deputado enquanto Ministro de Desporto, fez lançamento de pedra de campo de futebol num espaço que já tinha sido aberto, nunca se faz o lançamento de pedra duas vezes, e o primeiro dirigente que fez a abertura do espaço foi o governo do ADI, em que era o secretário do estado, e a empresa JAA, é que abriu o espaço de campo de futebol da Trindade e não é o mesmo espaço onde, felizmente, hoje, eu tenho uma habitação. E foi lá neste espaço que a empresa JAA abriu que o Sr. foi fazer o lançamento de pedra pela segunda vez, portanto é por isso que eu digo nós temos que ser coerentes quanto aquilo que nós falamos. Portanto, eu se trouxe esse elemento, é para dizer às pessoas que essa seja a última vez a falar de um assunto pessoal, meu.

Quanto à questão da onda da vitória, isto remete-me ao meu espírito, de ser um apologista por uma reforma da justiça, porque os políticos e sobretudo os Deputados não podem usar e abusar do micro que têm para desferir difamação e mentiras contra outros. Não pode! Por isso, eu sou apologista de uma justiça célere e cega, e claro, isto não é voz do meu grupo de parlamentar, mas a minha pessoalmente Abnildo d'Oliveira, eu sou apologista de vinda de Magistrados estrangeiros sim, esses Magistrados que não são padrinhos de filhos de ninguém, não são compadres, não são sobrinhos, não são amigos de carteira de ninguém, que vêm fazer justiça às cegas, e que revejam todos processos de todos os políticos e grandes deste país e nós vamos ver quem é quem, e depois aqui para nós acusarmos uns aos outros...

Aplausos do ADI.

E para terminar, sim é meu apelo, nós não escondemos o sol com a peneira, é verdade que a situação do país não está do jeito que nós gostaríamos que estivesse mas há um esforço que tem sido feito para que nós possamos chegar à esta meta.

Quanto à questão do paludismo, um apelo, é para que a população possa aderir ao programa, abrir as portas para que os agentes pulverizadores possam fazer os seus trabalhos, porque nós também temos alguns santomenses que não têm colaborado neste sentido, daí que possa ser alguma das explicações para que o índice do paludismo cresça no país.

Para terminar quanto a questão dos jogos da CPLP, felicitar o Governo e que tenha sucesso. A par dos jogos, decorre também a conferência dos Ministros da Juventude e Desportos é um momento que nós devemos acolher e pedir aos jovens. Ouvi pela rádio que está-se a solicitar a inscrição dos voluntários, pedir a jovens que possam aderir e dar as suas contribuições para o sucesso destes jogos. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danílson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danílson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente, eu queria dizer ao Sr. Deputado, espero dizer ainda assertivamente, amigo Abnildo d'Oliveira, porque eu tenho o Sr. como amigo, damo-nos muito bem.

Se prestou atenção, eu na minha intervenção, não citei o seu nome, em momento algum eu citei o seu nome. Respondendo à uma pergunta, sobre aquilo que fiz, eu disse que era mais fácil perguntar sobre aquilo que não fiz, e citei uma série de factos que eu não fiz; mas em momento algum citei o seu nome. Por isso, assusta-me a forma que o Sr. reagiu, como que, passo a expressão, a carapuça tivesse lhe servido. Sim, eu peço desculpas às pessoas que estão a me ouvir, mas eu tinha que dizer assim para que as pessoas entendam que também é uma expressão ofensiva vir aqui chamar o outro mentiroso, sem o outro ter lhe dirigido a palavra. Porque, se for para mensagens, eu também recebi mensagens, ali sentado, de alguém me dizendo que o espaço, onde o Sr. deputado diz que fez a sua habitação, foi aberto pelo Sr. Deputado Jorge Amado. Eu não ia dizer isso, fê-lo sem ser dirigente, Sr. Deputado Jorge Amado, está cá e poderá vir dizer, mas isso não me interessava, só me interessava dizer aquilo que eu não fiz, e a lista é extensa. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente: Eu acho que hoje o clima está assim meio pesado. O que me traz cá, eu como gosto de fazer é marcar um pouco a minha diferença, eu queria felicitar três cidadãos são-tomenses na diáspora, nomeadamente, eu sei que muita gente não conhece esses ilustres compatriotas, falo-vos concretamente do Hamilton Trindade, a Kátia Aragão e o Nilton Medeiros, estes cidadãos participaram num festival de cinema em Portugal dedicado a indústria cinematográfica da

CPLP, nomeadamente o ilustre Nilton Medeiros foi agraciado por causa de um documentário que ele fez, sobre as memórias dos serviços e a sua identidade.

Falo também em relação a Kátia Aragão, que produziu uma curta-metragem denominada mina kia, que retrata um flagelo que todos nós sabemos de que se trata, e por fim o Hamilton da Trindade que realizou também uma curta-metragem denominada de sonho longínquo do equador.

Eu trouxe estes três ilustres cidadãos porque, como nos últimos tempos fala-se muito de turismo, todos nós sabemos a indústria cinematográfica anda sempre de mãos dadas também com o turismo, e isto é uma forma também de promovermos o nosso país na diáspora e em relação ao turismo. Eu não tenho nenhum tipo de problemas, vou agradecer o ilustre Deputado e empresário e que te facto terá que ficar no parêntese a parte, falo sobre o proprietário da recém inaugurada SH boutique, não sei se o termo é correcto, que de facto é uma iniciativa muito boa porque é uma iniciativa em que se emprega pessoas, e está a contribuir de que maneira para o desenvolvimento do nosso turismo. Muito obrigado.

O Sr. **Aérton Rosário** (MLSTP/PSD): — Mas quem é o Deputado?

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Refiro-me ao Sr. Deputado Delfim Neves.

Aplausos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho, para uma intervenção.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Bom dia Sr. Presidente. Sra. Ministra de Justiça e dos Direitos Humanos, e Sr. Ministro de Defesa e Administração Interna, Caras e Caros Deputados.

A minha intervenção vem relacionada com o caso, pode-se pensar que é de ânimo leve mas é mesmo assunto bem sério, estou a referir da televisão são-tomense que é TVS, uma televisão que é de todos nós....

O Sr. **Aérton Rosário** (MLSTP/PSD): — Nada. Foi.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — ... e que estamos agora perante duas avarias. De investigações que eu fiz ao tentar inteirar-me no que se passa que uma parte da população de Cauê não recebe a nossa televisão á semelhança disto também temos o Distrito de Lembá.

Tentei saber o que se passa e cheguei a conclusão que há dois emissores avariados, um emissor está instalado no Mouro Carregado da Lagoa Azul, que dá a continuidade para o emissor de Diogo Vaz, que alimenta toda essa zona de Lembá, e na altura por se tratar também que a zona de Ribeira Palma nunca conheceu televisão, o Governo envidou esforço e foi bem sucedido e começou-se a fazer a instalação de um emissor na cidade de Neves, aquele emissor permitia Ribeira Funda receber televisão são-tomense, á semelhança disto a população de Diogo Vaz iria beneficiar com um segundo canal de televisão como alternativa caso o emissor de Diogo Vaz tivesse problema. O problema não foi só esse, também temos um retransmissor em Ilhéu das Rolas que recebe sinal de um outro retransmissor em Macambrara que transmite para toda essa zona de Porto Alegre, Ilhéu da Rolas, Malanza e por aí fora. Também está avariado, estes dois equipamentos são equipamentos que não são de hoje, são equipamentos altamente descontinuados, eu quando refiro-me a descontinuado quer dizer, os fabricantes deixaram de funcionar há muito tempo, e já não há acessórios de reserva a venda no mercado, por outro lado, são equipamentos que não se vê na prateleira á venda, quando se encomenda, encomendasse já com um tipo de especificidade própria com frequência bem adequada calibrada e tudo isso que tem que se ir fabricar.

Entretanto o Governo está a par disto, entretanto eu tentei inteirar-me o porquê desta morosidade toda, e eu soube que o Governo já pediu um Orçamento junto ao fabricante para aquisição destes equipamentos, é verdade que está a levar o seu tempo, isto tem que ser um pouco mais célere, por isso eu pedi ao Governo que acelerasse mais esse processo, também eu sei que não depende só do Governo, também depende de nós todos que estamos cá, não é só esperar que o Governo faça, nós todos como Deputados e cidadãos temos que contribuir...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Contribuir como?

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — ... vocês, não me façam chegar lá, a verdade é que eu queria a vossa contribuição, a compra destes equipamentos diz respeito ao nosso Orçamento Geral do Estado.

Eu paguei Dbs.15 000,00 (quinze mil dobrás) de taxa áudio visual.

E este Orçamento Geral do Estado, ainda não foi aprovado, e está lá a compra deste equipamentos na rubrica e grupos de Deputados foram contra este Orçamento, o que é que isso quer dizer? Estão contra a TVS também? É isso? Ou contra a população de Cauê e Lembá que não recebem isso...

Aplausos do ADI.

Portanto se vocês quiserem colaborar com povo de São Tomé e Príncipe, sobretudo os de Caué e Lembá, ajuda a aprovar esse Orçamento Geral do Estado, que hoje logo de seguida nós vamos ter a aprovação final global, caso contrário estão contra a TVS, contra essas duas populações também. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente. Gostaria dar os meus parabéns a intervenção da Senhora Vice - Presidente Maria Das Neves, porque vai de acordo com o que em algumas ocasiões eu já havia pedido nesta casa parlamentar, para nós direccionarmos as nossas intervenções em discussões de ideias sobretudo, mas infelizmente não é o que vimos assistindo, mas vamos todos os dias, apelar para que isso aconteça, mesmo depois do seu apelo Sra. Vice - Presidente, mesmo depois do seu apelo a intervenção, um Deputado do seu grupo parlamentar fez exactamente o contrário daquilo que apelou, mas quando fez o apelo fez a todos nós e ouvimos a todos nós do ADI, do PDC e do MLSTP/PSD, por isso eu gostaria de pedi-la para fazer mais demarche junto ao seu grupo parlamentar e principalmente pessoas com responsabilidade no grupo parlamentar como os lideres do grupo parlamentar, para fazer um esforço neste sentido, de nós discutirmos ideias em primeiro lugar.

Também gostaria de pedir para nós sermos mais patrióticos nas nossas intervenções, principalmente quanto estamos fora do país e falamos a imprensa no estrangeiro, é aí onde se deve de facto sentir o patriotismo, nas intervenções que nós fazemos na comunicação social no exterior quando nós somos convidados para alguns programas da RTP e não só, aquilo que nós vamos falar sobre o país, independentemente dos problemas internos que possamos ter aqui mas a imagem que passamos lá fora quando nós temos acesso ao microfone no estrangeiro. Por isso também faço esse apelo a si nas suas funções, nas suas intervenções lá fora, é isso que eu gostaria de dizer.

Sobre a água, e a situação de Cantagalo, deixar uma pergunta, a quanto tempo Cantagalo tem problemas de água? A quanto tempo Santana e arredores tem problema de água? A quanto tempo Voz de América, Pinheira, Água Izé tem problema de água? Mas gostaríamos de dizer as populações destas localidades que este Governo do ADI vai resolver o problema de água de Cantagalo desde Algés até Água Izé, vamos por água em Santana. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Terminadas as intervenções no âmbito do capítulo de tratamento de assuntos de interesses relevantes, vamos de seguida entrar no período da ordem do dia, mas antes disso eu tenho uma sugestão a fazer. Tendo em conta o tempo, e nós temos cerca de 10 pontos a discutir...

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — A Sra. Deputada quer fazer um pedido de esclarecimento, faz o favor de colocar.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Obrigada Sr. Presidente. É dirigida ao Sr. Vice -Presidente Levy Nazaré, que fez referência ao meu nome, o Sr. Vice – Presidente, reconheceu que o meu apelo foi dirigido a todos os grupos parlamentares e pediu-me que eu falasse com o meu grupo parlamentar, gostaria também de pedir ao Sr. Vice – Presidente que falasse com o seu Grupo Parlamentar porque nós todos reconhecemos que é a casa parlamentar, todo que está em causa. Perdemos muito tempo a discutir futilidade e é necessário, nós focarmos nos nossos objectivos, tão como me pediu que orientasse o meu grupo parlamentar, gostava de lhe pedir que orientasse a seu grupo parlamentar e todos nós os Deputados que nós fizéssemos o esforço de falar de coisa que a nação precisa ouvir. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Portanto como eu dizia, nós temos cerca de 10 pontos a discutir, portanto é uma sugestão e vai depender de vossa excelência. Queria propor uma suspensão de meia hora, se calhar retomáramos quando fossem 13 horas e 30 minutos.

Entretanto a sessão plenária foi suspensa quando eram 12 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Está retomada a sessão.

Entretanto foi retomada quando eram 13 horas e 37 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o período da ordem do dia. Sras. e Srs. Deputados, gostaria de informar que foram agendados para esta reunião plenária dez pontos a apreciar, sendo que para o 1º ponto, vamos proceder à votação final global da proposta de lei nº 25/X/7º/17-Lei das Grandes Opções do Plano

para o ano económico de 2018. Essa proposta de lei foi analisada e aprovada na especialidade pela 3ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator, ou um dos seus membros, a proceder à leitura do respectivo relatório.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Interpelação à Mesa Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado para fazer a sua interpelação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente. O Ponto que nós vamos dar agora início é a aprovação de Lei das Grandes Opções do Plano e depois vem a Lei do Orçamento Geral do Estado. Eu gostava de saber se a gente vai votar isso sem a presença do Governo? ...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Qual é a parte que diz isso? Então represente-o ...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — ...não dos representantes! Mas geralmente, nesses termos e em termos de aprovação desses diplomas, o elenco tem que está presente, ou deve estar ...

O Sr. **Presidente**: — Na final global! Não...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Não! Está bom. Está registado. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho, para a leitura do parecer.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, com a sua permissão. Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública. Relatório sobre a Análise e Votação, na Especialidade, das Propostas de Lei n.ºs 25/X/7.ª/2017 e 26/X/7.ª/2017, Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral de Estado para o Ano Económico de 2018

Introdução

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública da Assembleia Nacional nas suas reuniões realizadas nos dias 22 e 23 de Fevereiro do corrente ano, apreciou e votou, na especialidade, as propostas de leis n.ºs 25/X/7.ª/2017 e 26/X/7.ª/2017 – Que aprova as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2018, respectivamente.

Estiveram presentes às sessões de trabalho os Senhores Deputados: Ivo Mendonça da Costa que a presidiu, Carlos Cassandra Correia, Mário Fernando Rainho, Adilson Cabral Managem, e Salcedas Barros, em substituição do Deputado José Carlos Cabral, do Grupo Parlamentar do ADI e o Deputado Jorge Dias Correia do Grupo Parlamentar do PCD.

Estiveram, ausentes nas sessões de trabalho os Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

No interesse por um trabalho mais proveitoso, a Comissão contou ainda com a presença e colaboração dos Senhores Deputados, Joaquim Salvador Afonso, Abnildo d'Oliveira, Esmael Espírito Santo, José António Miguel, Bilaine de Ceita e José Manuel Costa Alegre, assim como a presença de Sua Excelência o Ministro das Finanças, Comércio e da Economia Azul, Américo Oliveira Ramos e os demais membros do Governo e o respectivo staff.

Análise da proposta de lei das GOP

A discussão na especialidade da proposta de lei n.º25/X/7.ª/2017 – Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2018, resultou na apresentação de 1 (uma) proposta de emenda, como a seguir se indica:

Proposta de Emenda:

O artigo 6.º passa a ter a seguinte redacção: *A presente lei entra em vigor nos termos legais e produz efeitos retroactivamente a partir de 1 de Janeiro de 2018.*

Análise dos anexos referentes à proposta de lei do OGE:

A discussão na especialidade dos anexos referentes à proposta de lei n.º 26/X/7.ª/2017 — Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2018, resultou na apresentação de 3 (três) propostas de emenda e 1 (uma) de aditamento, como a seguir se indica:

Propostas de emenda:

Na rubrica 01.1.01- Unidade Gestora “Direcção Administrativa e Financeira da Assembleia Nacional” foi alterada *com um acréscimo de nDbs. 12 500 000,00 (doze milhões e quinhentas mil novas dobrás).*

Na rubrica 24.2.12- Unidade Gestora “Embaixada de São Tomé e Príncipe em Nova York” foi alterada *com um acréscimo de nDbs. 20 000,00 (vinte mil novas dobrás).*

Na rubrica 24.2.18- Unidade Gestora “Embaixada de São Tomé e Príncipe na República de Cabo Verde” foi alterada *com um acréscimo de nDbs 505 000,00 (quinhentas e cinco mil novas dobrás).*

Proposta de aditamento:

Aditou-se o n.º6 do artigo 8.º, sendo que o anterior n.º6 passa para o n.º 7 e sucessivamente, com a seguinte redacção: *São mantidas as alterações das taxas do imposto sobre o consumo que incidem sobre os produtos e mercadorias de produção local, nos seguintes termos:*

- a) *A taxa para bebidas alcoólicas, incluindo a cerveja nacional é de 25%;*
b) *Outras bebidas não alcoólicas, produtos e mercadorias são tributadas a 5%.*

Votação

Submetidas à votação, todas as propostas de alteração acima mencionadas foram aprovadas, por unanimidade dos deputados presentes, do ADI, com cinco votos a favor.

Texto final

Para os devidos efeitos, vai em anexo o texto final elaborado pela comissão sobre as propostas de lei aprovadas, bem como os mapas, do qual fazem parte integrante.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, São Tomé, 27 de Fevereiro 2018.

P'lo Presidente, *Ivo Mendonça da Costa*.

O Relator, *Mário Fernando Rainho*.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário, para uma intervenção.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Eu segui atentamente a leitura do parecer, verifiquei que houve aumento e em determinadas unidades gestoras, nomeadamente a Embaixada de São Tomé e Príncipe em Nova-York e julgo também junto à Assembleia Nacional houve aumento do orçamento e eu não percebi se houve cortes nas outras rubricas e conseqüentemente aumentou-se nessas duas unidades orgânicas, se não trata-se de alteração do tecto do orçamento, daquilo que foi aprovado na generalidade. Eu gostaria que a comissão me explicasse o que é que está em causa?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Não estava presente, então pode colocar esta questão.

Murmúrios.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ...olha, desculpa. Só estou a colocar essa questão porque, na especialidade, o tecto do Orçamento não pode alterar. O que se pode alterar é a rubrica. Uma ou outra rubrica pode-se cortar num lado para aumentar na outra rubrica. O que eu percebi não houve corte, o que significa que o tecto do orçamento aumentou também. E o orçamento já tinha sido aprovado na generalidade aqui no plenário. Era esse o esclarecimento que eu queria obter junto à comissão.

O Sr. **Presidente**: — Como o Sr. Deputado compreenderá o trabalho todo foi feito a nível da Comissão Especializada para o efeito é a Comissão competente em razão da matéria. Fizeram o trabalho e agora nesta fase é apenas a aprovação final global. Aqui não se abre mais discussão sequer ...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente desculpe, eu sei aquilo que está a dizer, que em sede globalidade não há lugar a debate. O que estou a fazer é o pedido de esclarecimento relativamente ao parecer que foi lido agora. Eu percebi que houve aumentos em determinadas unidades orgânicas e não verifiquei no relatório, quando leram, cortes na rubrica que compensassem esses aumentos nas outras unidades orgânicas. Sendo assim, gostaria que explicasse se houve aumento do tecto orçamental? É a questão que está em cima da mesa, Sr. Presidente ...

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — É normal!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ...porque alguém também referiu aqui, que o Deputado não participou no debate na especialidade. Eu, sobre isso, Sr. Presidente até pode explicar o seu grupo parlamentar. Nós falámos aqui no corredor que havia necessidade de me fazer ficar em São Tomé, no sentido de tomar parte nos trabalhos da comissão. Fizemos um ofício a nível da comissão, enviamos à Mesa da Assembleia Nacional, até a data que eu fui ao Príncipe, não recebi resposta. Por isso, eu fui bloqueado, impedido de participar na actividade da comissão. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Eu já tinha dito que nesta fase não há abertura para o debate. Não há. Está no nosso Regimento. Eu não vou abrir um precedente nesse sentido. Debate ou mesmo esclarecimento, esclarecimento o que é? É um pedido amais que está a fazer. Vou um abrir um intervalo para haver mais participações...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não estamos em debate, artigo 102º- Pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Nesse momento, nós estamos na final global...

Murmúrios

...Agora, eu pergunto; não seria melhor se tivessem todos participados na discussão a nível da comissão? Lá seria o palco próprio para pedir todo o esclarecimento que estão a pedir agora. Era lá na comissão e não aqui! Não nessa fase de trabalho. Estamos apenas a finalizar o trabalho, a votar na final global.

Uma voz: — O Presidente não quer perceber, não é responder...

O Sr. **Presidente:** — ...está tudo bem e está no Regimento que nessa fase, não há debates. Você está a querer saber, se houve aumento da rubrica, ou não, não é debate que vai abrir?

Murmúrios.

O Sr. **Aérton do Rosário:** — Sr. Presidente, eu volto a repisar, nós não estamos aqui a fazer debate sobre o Orçamento Geral do Estado. Está-se a falar do relatório da Comissão do Orçamento, que foi lido aqui e o que eu percebi do relator é que houve aumentos em determinadas unidades orgânicas, nomeadamente, em nossa Embaixada em Nova York e na Assembleia Nacional. E não ouvi do relator a dizer que essa compensação foi feita em relação aos cortes que houve em uma outra rubrica, ou outra unidade orgânica que fez crescer a verba para a Embaixada. Agora, eu pergunto; houve aumento de tecto orçamental, naquilo que foi aprovado em sede de generalidade? Esta é a questão. A comissão, e julgo que a Mesa da Comissão devia remeter essa questão à Comissão que explicasse, porque o Presidente da Assembleia, eu compreendo, não participou no debate na especialidade: Por isso, não deve ter explicações para isso. A Comissão deve ter explicação para elucidar os Deputados que não houve alteração. Se houve alteração do tecto orçamental, estamos aqui a violar às regras. O problema é esse. Porque em sede de especialidade, não se altera o tecto orçamental. Pode-se alterar verbas em determinadas unidades orgânicas ou em determinadas actividades ligadas a determinados projectos. Não pode haver alteração do tecto orçamental. Esta é a preocupação.

Agora, cabe ao relator, a pessoa que co-presidiu a Comissão, vir explicar o que é que se passa com o relatório. Não é sobre o documento do orçamento. Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Bem, mais um acréscimo só para ajudar; eu pessoalmente, quando tive acesso aos documentos, mandei publicar. O facto de publicar é para todos os Deputados tomarem conhecimento daquilo que foi o relatório. Está publicado! Mas será que leram a publicação e virão esse problema aí?

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento, se faz favor.

O Sr. **Presidente:** — Está bem, mas pedido de esclarecimento, quando estamos em debate normal. Neste momento, eu dizia que não há abertura de debate.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Presidente, nós não estamos a pedir debate em volta do Orçamento Geral do Estado, estamos a pedir esclarecimentos em volta do relatório que foi cá lido. O documento que se desenvolveu na especialidade, esse é um aspecto que o Deputado Aérton levantou. Eu também quero pedir esclarecimento para outro ponto. O artigo 102º do Regimento...

O Sr. **Presidente:** — Peço-lhe já para juntar as duas coisas ...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Muito bem, obrigado. Eu fiquei perplexo a escutar quem foi ler o relatório do Orçamento Geral do Estado, concernente à fase da especialidade, em que mencionou que houve a participação e a presença do Sr. Deputado Jorge Correia, mas no momento da votação, não mencionou se o Deputado Jorge Correia do PCD esteve, votou ou não, é um aspecto. Segundo aspecto, para deixar bem claro que o MLSTP/PSD não esteve presente na discussão do Orçamento na especialidade pelos factos que a Mesa já conhece e vou fazer citar. Diz o artigo 211º do Regimento de que a discussão do Orçamento na especialidade é pública.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Não, não. Sr. Presidente, corta isto, corta isto, corta isto. Não, não!

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — ...Sendo que para tal....

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Corta isto! Não, não e ...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — ...Sendo que para tal...

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Corta isto! Sr. Presidente, o Sr. Presidente não pode permitir casos destes...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — ...sendo que para tal, seja publicado...

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — O Sr. Presidente não pode permitir casos destes...

O Sr. **Vasco Guiva** (ADI): — O Sr. me concedeu a palavra e estou a narrar. Peço ao Sr. Deputado do ADI que pare de falar, se faz favor.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Neste momento não, neste momento não, Sr. Presidente!

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Ele está com micro ligado, depois dizem Vasco Guiva é que liga os microfones. Diz o nº 2 do artigo 211º do Regimento “Para efeitos do nº1, as reuniões da comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado”. Nós entendemos que sendo pública a discussão do orçamento, na especialidade, devam fazer parte cidadãos que queiram estar presente e aqueles que não puderem estar presentes, que acompanhem onde estiverem, em suas casas ou no trabalho. Nós requeremos a nível da Comissão a participação da comunicação social, neste caso, Rádio Nacional, na transmissão dos debates. Esse pedido nos foi rejeitado pelo Presidente da Assembleia Nacional e nós referíamos, no debate na generalidade, de que nós só iríamos contribuir. Porque nós tínhamos propostas e é na fase da especialidade, em que os partidos devem apresentar propostas de alterações, de emendas e de correcções à volta do orçamento com programas e propósitos certos, no sentido de nós podermos contribuir na melhoria do diploma. E é na especialidade que nós gostaríamos de avançar as nossas propostas para que a população escutasse quais eram as alternativas em volta do Orçamento Geral do Estado, e o Presidente da Assembleia Nacional recusou o nosso pedido. Não havendo a possibilidade de nós apresentarmos as nossas propostas para que a população saiba quais foram as contribuições que nós propusemos em volta do orçamento, nós justificamos que não iremos tomar parte na discussão na especialidade. Que fique bem claro que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, neste caso, os Deputados do MLSTP/PSD não fizeram presentes à discussão na especialidade, facto que nós fomos consequentes e coerentes com os nossos discursos. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o discurso? Agora, explico-lhe porquê que eu não deixei passar isto.

Murmúrios.

...Diga-me, indica-me, no Regimento da Assembleia que diz que tem-se que transmitir radiofonicamente o debate na especialidade da 3ª Comissão. Indica-me isso, diz lá. Rádio Nacional para estar à disposição do público? Regimento! Se não me engano, artigo 51º.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — O Sr. Presidente me desafiou para que apresentasse à Nação quais os documentos que permitem a transmissão. Nós dissemos que a discussão do Orçamento Geral do Estado é um elemento de extrema importância para o país. É o maior instrumento económico de cada ano nível nacional.

Há uma resolução nº 44 do ano 2012, em que todos os actos da Assembleia Nacional devem ser transmitidos e publicados. Está cá ...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Dá uma cópia ...

Murmúrios.

...pede os serviços para tirarem cópia.

O Sr. **Presidente**: — Dá uma cópia para que eu veja. O Regimento da Assembleia Nacional...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — no Regimento ...

O Sr. **Presidente**: — ...no Regimento da Assembleia Nacional, este documento não é regimental...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — ... o nº 1º artigo 211º do Regimento, diz assim: “O debate na especialidade das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado não pode exceder dez dias, sendo o deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo”. O poder, pelo excesso de força.

Este último, organizado de modo a discutir sucessivamente o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo’. Nº 2º: ‘Para efeitos de nº 1’, neste caso, a discussão na especialidade em que devem intervir os membros do Governo, ‘as reuniões da comissão são públicas’. São públicas. Sendo o debate...

O Sr. **Presidente**: — Quero perguntar o Sr....

O Sr. **Vasco Guiva**: ...sendo o debate, integralmente registado e publicado...

O Sr. **Presidente**: — Agora, veja a questão de interpretação...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — O registo é feito na casa parlamentar pela sisaudio e publicado no diário. No entanto, aqueles que não têm acesso a isso devem acompanhar, de tal forma como o Orçamento Geral do Estado é publicitado na generalidade, com a presença do Sr. Primeiro-Ministro, com direito à transmissão televisiva. O Orçamento Geral do Estado tem 3 vertentes, 3 sequências. Generalidade, especialidade e final global que estamos a fazer hoje. É na especialidade, onde cada partido, cada Deputado trás as suas propostas, e nós quisemos, na margem da lei, ou seja o que lei prevê que fosse permitida a transmissão, (rádio) desse debate na especialidade.

Uma voz (ADI): — A lei prevê?

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — ...prevê, sim. O nº 2 do artigo 211º do Regimento. O Sr. Presidente pode ler para a nação ouvir...,

Murmúrios Gerais.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Prevê sim. O nº 2º do artigo 211º. Obrigado

O Sr. **Presidente**: — Portugal transmite porque tem um canal próprio. Não é canal do Estado é canal próprio da Assembleia é canal divergente. É da Assembleia própria que transmite, é diferente, não é canal de Estado, não é rádio de Estado que transmite.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Presidente. Eu peço esclarecimento devido a forma como a Mesa está a conduzir os trabalhos. Sr. Presidente, com devido respeito, estamos na sede da globalidade...

Uma voz (ADI): — final global...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...final global, e aqui, não há espaço para debate.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Ninguém não está no debate.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... isso é um. Dois - Sr. Presidente, eu peço-lhe encarecidamente para não entrar em debate com Deputados. Não responder Deputados. Terceira - A discussão foi pública, não foi feita à calada da noite, não foi secreta. Uma coisa é uma reunião, como diz pública, outra coisa é dizer que tem que ser radiodifundida. Uma questão é pública, outra questão radiodifusão ...

O Sr. **Vasco Guiva**: — Quê, jornalista!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): —radiodifusão que eu queria dizer...

Murmúrios do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Bô bê?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...não. Eu estou a tentar me situar. Se aqui dissesse deve ser radiodifundido, através da rádio ou televisão, aí sim, mas é público, qualquer um que quisesse participar, assistir tinha todo o direito. A Assembleia Nacional não impediu nenhum cidadão, a ninguém de participar no debate na especialidade. O programa foi publicado e a Rádio Nacional também radiodifundiu que o debate teria lugar, e o dia, a data e o local.

Quero dizer também ao Sr. Presidente que é com alguma estranheza que ouvir a explicação do Sr. Deputado Vasco Guiva. Essa explicação é no quadro da declaração de voto. Ele tem o espaço de declaração de voto para poder justificar porquê é que esteve ausente. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vocês me desculpam, agora já não vou dar a palavra para pedidos de esclarecimento. Vamos passar imediatamente à votação. Deixa-me fazer a votação, primeiro, depois voltamos a falar mais.

Murmúrios MLSTP/PSD e PCD.

...portanto, como eu dizia, passemos à votação da proposta nº25/X/7ª/2017...

Murmúrios.

...Sr. Deputado, eu dou-lhe a palavra logo depois. Estamos no acto da votação agora, eu dou-lhe a palavra logo depois...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O Problema não é ter pressa para votar...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Deixa-lhe falar...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — assim é muito complicado quando as pessoas não entendem. Eu entendo que o debate é uma coisa completamente diferente do pedido de esclarecimento. Esse é o meu entendimento. Respeito aquele que entende de outra maneira. Aquilo que se levantou aqui é uma questão gravíssima, de acordo com a Lei SAFE. O tecto orçamental, aprovado na generalidade, não pode ser alterado.

Murmúrios do ADI.

...Atenção! Calma aí, o que nós estamos aqui a dizer é o seguinte: o relatório que foi aqui apresentado diz que “a verba atribuída algumas instituições do Estado foram aumentadas, ou acrescidas”. Logo o relator também devia dizer, onde é que se diminui para aumentar para essas instituições, de modo que o tecto não aumente. É esse o pedido de esclarecimento que se pediu, não é um debate. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Managem, para uma intervenção.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente. É para dizer aos Srs. Deputados que o tecto não alterou...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Tem que estar escrito.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — as pessoas que pediram intervenção sobre a abordagem do tecto são da 3ª Comissão...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Não interessa, queremos coisa clara.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — tiveram a oportunidade de estar presentes, tiveram aquela oportunidade e rejeitaram-na. O tecto não aumentou e a alteração feita sobre a Embaixada de Nova Iorque saiu do encargo geral do Estado. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Já houve uma explicação, portanto, vamos para a votação da proposta de lei nº 25/X/7ª/2017- Lei das Grandes Opções do Plano para o ano económico 2018.

Submetido à votação, foi aprovada com 31 votos a favor, 16 votos contra e 0 abstenção.

Está aprovado as Grandes Opções do Plano para o não económico 2018.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Aértom Do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, chamo atenção a Mesa que nós não aprovamos as Grandes Opções do Plano, Presidente.

Vamos trabalhar com calma.

Não se submeteu às Grandes Opções do Plano a votação é só o orçamento são dois normativos diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu disse a Grandes Opções do Plano e agora vamos para Orçamento Geral do Estado que é o segundo ponto.

O Sr. **Aértom Do Rosário** (MLSTP/PSD): — Está bom.

O Sr. **Presidente**: — Portanto vamos para o segundo ponto da ordem do dia que se trata da votação final global da proposta de lei nº 26/X/7ª/2017 - Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano económico 2018.

Esta proposta também foi submetida à 3ª Comissão Especializada Permanente e o Sr. Deputado Mário fez uma resenha daquilo que foi o trabalho ao nível da comissão, ele fez tanto para Grandes Opções do Plano e falou também do Orçamento Geral do Estado.

Sendo assim, o relatório é o mesmo e agora apenas vamos passar a votação final global da Lei do Orçamento Geral do Estado.

Desculpa o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, parece que não manifestou o seu sentido de voto. Contra não é ok. Obrigado.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor, 16 votos contra e 0 abstenção.

Está aprovado o Orçamento Geral do Estado para o não económico 2018.

Aplausos do ADI.

Vamos continuar os nossos trabalhos e agora vamos apreciar o terceiro ponto da ordem do dia, refiro-me a votação final global da proposta de lei nº28/X/7ª/2018 - Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Esta proposta de lei foi analisada e aprovada na 2ª Comissão Especializada Permanente e sendo assim, convido o relator ou um dos seus membros a proceder à leitura do parecer.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. É para indicar o Sr. Deputado Pedro Carvalho, para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Pedro Carvalho, para fazer a leitura do parecer da 2ª Comissão Especializada Permanente em relação a esta matéria.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Estamos a localizar o relatório porque não está no diário. Gostaria de solicitar os serviços.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Vou passar a ler o relatório. A análise e votação na especialidade da lei nº 28/X/7ª/2018 - Lei de Base Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Introdução.

Nos dias 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março do corrente ano, a 2ª Comissão Especializada da Assembleia Nacional procedeu análise e votação na especialidade da proposta de lei nº28/X/7ª/2018 - Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar.

Estiveram presentes as Sras. e os Srs. Deputados, da sessão do dia 27 de Fevereiro, Martinho Domingos que a presidiu, Nenézio Afonso, Arlindo dos Santos, Jorge Bondoso em substituição do Deputado José António Miguel, Pedro Carvalho do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória em substituição do Deputado Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição da Sra. Deputada Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luiz Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na sessão do dia 28 Martinho Domingos que a presidiu, José António Miguel, Arlindo dos Santos, Pedro Carvalho e Salcedas Barros em substituição de Deputado Nenézio Afonso do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória em substituição do Deputado Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição da Sra. Deputada Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luiz Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na sessão do dia 1 de Março, Martinho Domingos que a presidiu, Abnildo d'Oliveira em substituição do Deputado José António Miguel, Arlindo dos Santos, Pedro Carvalho e Salcedas Barros em substituição de Deputado Nenézio Afonso, ambos do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória em substituição do Deputado Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição da Sra. Deputada Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luiz Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na perspectiva de uma análise mais alargada e mais profícua estiveram de igual modo presente Suas Excelências o Ministro da Defesa e Administração Interna o Sr. Arlindo Ramos, o Brigadeiro Horácio Sousa, Chefe Estado Maior das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, Coronel Alfredo Marçal Lima, Director da Política da Defesa Nacional, Coronel Atanásio Costa, Comandante do Exército, Coronel Idalécio João, Comandante da Guarda Costeira, Tenente Alexe Dias Paiva, Oficial das F.A.S.T.P e a Dra. Elsa Monte Verde, Assessora do Ministro da Defesa e Administração Interna.

Análise da proposta de lei.

A discussão na especialidade da proposta de lei nº 28/X/7ª/2018, que aprova a Base Gerais do Estatuto da Condição Militar resultou na apresentação de três propostas de alteração.

Nomeadamente a primeira, uma de substituição e três de emenda como a seguir se indica:

Proposta de substituição.

No artigo 2º. A norma revogatória de lei que aprova as Base Gerais do Estatuto da Condição Militar o termo regulamento foi substituído pelo termo diploma.

Proposta de emenda.

O nº 2. Do Artigo XV das Bases Gerais do Estatuto das Condição Militar, passa a ter a seguinte redacção:

Pensões de reforma de sobrevivência e de preço de sangue, subsídio de invalidez e outras formas de segurança incluído assistência sanitária e apoio social.

O artigo 16º Desenvolvimento, passa a ter a seguinte redacção com uma nova epígrafe:

Artigo 16º Aplicação.

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas, respeitantes aos oficiais, Sargentos e Praças consagra e detalha aplicação no estabelecido no presente diploma.

Votação, com as devidas alterações da lei nº 28/X/7ª/2018, Base Gerais da Condição Militar foi substituída a votação, tendo os artigos sido aprovado da seguinte forma:

Artigo 1º a 3º da lei que aprova a Base Gerais do Estatuto da Condição Militar, quatro votos a favor, dois votos contra e duas abstenções.

Artigos 1º, 2º e 3º das Bases Gerais do Estatuto da Condição militar, quatro (4) votos a favor, dois (2) contra e duas (2) abstenções.

Artigo 4º, 5º, 6º e o 11º, 12º e o 13º das Bases Gerais da Condição Militar, cinco (5) votos a favor dois (2) contra e duas (2) abstenções.

O artigo 7º, 8º, 9º, 10º, 14º, 15º e 16º das Condições Gerais do Estatuto da Condição Militar, cinco (5) votos a favor, um (1) contra e três (3) abstenções.

Ponto 4. Texto final.

Por fim a comissão elaborou o texto final da proposta de lei em anexo ao presente relatório que devem ser submetidos à votação final global pelo Plenário desta Augusta Assembleia.

Comissão de Relação Exterior Comunidade Defesa e Mar, São Tomé, 1 de Março de 20018.

O Presidente, Martinho Domingo.

O Relator, Pedro Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, após à leitura do relatório passemos a votação final global da proposta de lei nº 28/X/7ª/2018.

Sr. Deputado não pode entrar agora, estamos em plena votação.

Submetido à votação, foi aprovada com 31 votos a favor, 0 votos contra e 11 abstenções.

Está aprovado a proposta de lei.

Vamos apreciar o 4. Ponto da ordem do dia que diz, respeito à votação final global da proposta de lei nº 29/X/7ª/2018 - Lei que aprova o Regulamento de Disciplina Militar, (RDM).

Neste sentido, também dizia que esta proposta foi igualmente analisada e aprovada na 2ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator a proceder à leitura do referido relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingo, para uma intervenção.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Muito obrigado Sr. Presidente. É indicado o Sr. Deputado Arlindo Santos, para fazer a leitura do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sr. Deputado Arlindo Santos, para proceder à leitura do parecer.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — Relatório da Análise e votação na especialidade da proposta de lei n.º 29/X/7.ª/2018 – Regulamento da Disciplina Militar

Introdução.

Nos dias 27 e 28 de Fevereiro e 1 de Março do corrente ano, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e votação na Especialidade da proposta de lei n.º 29/X/7.ª/2018 – Regulamento da Disciplina Militar.

Estiveram presentes na sala Sras. e Srs. Deputados na sessão do dia 27 de Fevereiro, Martinho Domingos, que a presidiu, Nenézio Afonso, Arlindo dos Santos, Jorge Bondoso em substituição do José António Miguel, Pedro Carvalho do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória, em substituição do Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição de Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luís Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na sessão do dia 28 de Fevereiro, Martinho Domingos, que a presidiu, José António Miguel, Arlindo dos Santos, Pedro Carvalho e Salcedas Barros em substituição do Nenézio Afonso, do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória, em substituição do Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição de Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luís Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na sessão do dia 01 de Março, Martinho Domingos, que a presidiu, Abnildo d' Oliveira em substituição do José António Miguel, Arlindo dos Santos, Pedro Carvalho e Salcedas Barros em substituição Nenézio Afonso, do Grupo Parlamentar do ADI, Beatriz Azevedo, Mohamed da Glória, em substituição do Dionísio Fernandes, Jaime de Menezes em substituição de Filomena Monteiro do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e José Luís Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Na perspectiva de uma análise mais alargada e mais profícua, estiveram de igual modo presentes, Sua Excelência o Ministro da Defesa e Administração Interna o Sr. Arlindo Ramos, Brigadeiro Horácio Sousa, Chefe de Estado - Maior das Forças Armadas São Tomé e Príncipe (FASTP), Coronel Alfredo Marçal Lima, Director da Política da Defesa Nacional, Coronel Atanásio Costa, Comandante do Exército, Coronel Idalécio João, Comandante da Guarda Costeira e Tenente Alex Dias Paiva, Oficial das FASTP e Dra. Elsa Monte Verde, Assessora do Ministério da Defesa e Administração Interna.

Análise de proposta de lei.

A discussão na especialidade da proposta de lei n.º 29/X/7.^a/2018, que aprova o Regulamento da Disciplina Militar, resultou na apresentação de uma proposta de eliminação e 11 de emendas como a seguir se indica:

Proposta de eliminação.

A alínea d) do n.º 1 do artigo 30.º do Regulamento da Disciplina Militar.

Propostas de emenda.

O segundo parágrafo do preâmbulo da lei passou a ter a seguinte redacção:

A revisão que agora se propõe visa, essencialmente adequar o regulamento ao real contexto do país. Autonomizar e reforçar a independência do procedimento disciplinar.

O terceiro parágrafo do preâmbulo da lei passou a ter a seguinte redacção:

Redefinir os deveres gerais e especiais dos militares e sua organização, reformular e simplificar as classes de comportamento, extinguir penas de faxina, reserva compulsiva e prever as penas de suspensão de serviço e de cessação compulsiva do regime de contrato, estabelecer novos prazos prescricionais quanto ao processo e quanto às penas.

O n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento da Disciplina Militar passou a ter a seguinte redacção:

Ainda que se encontrem no exercício de funções fora da sua estrutura orgânica.

O artigo 10.º passou a ter a seguinte redacção:

Com as devidas adaptações e pela ordem seguinte, os Princípios Gerais do Direito Penal, a Legislação Processual Penal, o Código do Processo Civil e o Código do Procedimento Administrativo.

O n.º 1 do artigo 30.º passou a ter a seguinte redacção:

As penas aplicáveis aos Oficiais, Sargentos e Praças pela prática de infracção disciplinar são, por ordem crescente de gravidade.

O n.º 6 do artigo 30.º passou a ter a seguinte redacção:

Um dia de prisão disciplinar agravada; dois dias de prisão disciplinar e quatro dias de proibição de saída.

O artigo 46.º passou a ter a seguinte redacção:

A pena de cessação compulsiva do regime de contrato implica a impossibilidade do infractor concorrer ao concurso para o ingresso nos quadros permanentes das Forças Armadas.

O artigo 64.º passou a ter a seguinte redacção:

As punições disciplinares, com excepção da pena de repreensão são publicadas na Ordem de Serviço das Forças Armadas.

O n.º 2 do artigo 74.º passou a ter a seguinte ordenação: a, b, c, d.

As alíneas a, b, c, do n.º 2 do artigo 74.º passaram a ter a seguinte redacção.

Coronel Capitão-de-Mar-e-Guerra, Coluna II, Tenente-Coronel Capitão-de-Fragata e Major, Capitão Tenente Coluna III, Capitão/ Primeiro-Tenente - Coluna IV.

O n.º 2 do artigo 97.º passou a ter a seguinte redacção:

O instrutor pode propor a suspensão, a transferência ou a detenção do arguido, nos termos dos números seguintes, quando as mesmas se mostrem indispensáveis à disciplina ou às exigências do processo.

Votações.

Com as devidas alterações, a proposta de lei n.º 29/X/7.^a/2018 – que aprova o Regulamento da Disciplina Militar, foi aprovada com 5 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções, com excepção dos artigos 7.º, 14.º e 30.º do Regulamento da Disciplina Militar que tiveram 5 votos a favor e 4 votos contra e nenhuma abstenção.

Texto Final

Por fim, a comissão elaborou o texto final da proposta de lei, em anexo, ao presente relatório, que devem ser submetidos à votação final global pelo plenário desta Augusta Assembleia.

Comissão de Relações Exteriores Comunidades Defesa e Mar, São Tomé, 02 de Março de 2018.

O Presidente, Martinho Domingos.

O Relator, Arlindo dos Santos.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Arlindo Santos, após à leitura do relatório passamos a votação da proposta de lei nº29/X/7^a/2018- Lei que aprova o Regulamento da Disciplina Militar.

Submetido à votação, foi aprovada com 31 votos a favor, 0 votos contra e 15 abstenção.

Está aprovado na final global a referida proposta de lei.

Vamos agora apreciar o 5º ponto da ordem do dia, que faz alusão a votação final global do projecto de lei nº30/X/7ª/2017- Lei - quadro dos Recursos Hídricos.

Este projecto de lei foi analisado e aprovado na especialidade pela 4ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator da Comissão para brindar-nos com o relatório para o efeito. Tem a palavra Sra. Deputada Anayde Ferreira, para proceder à leitura do referido relatório.

A Sra. **Anayde Ferreira** (ADI): — Muito obrigada Sr. Presidente. Relatório da análise e votação na especialidade do projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017.

Lei - Quadro dos Recursos Hídricos.

Introdução.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente, reuniu-se, nos dias 24 de Janeiro, 9 e 12 de Fevereiro do corrente ano, para proceder à análise e aprovação, na especialidade do projecto de lei n.º 30/X/7.ª/2017 — Lei - Quadro dos Recursos Hídricos.

Na sessão de trabalho do dia 24 de Janeiro, estiveram presentes os Srs. Deputados Abnildo do Nascimento d'Oliveira, que a presidiu, José Manuel Costa Alegre, Silvestre Moreno Mendes, Sebastião Lopes Pinheiro e Jorge Bondoso, em substituição da Sra. Deputada Celmira Sacramento, do Grupo Parlamentar do ADI, e o Deputado Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD.

Para uma análise mais profícua e alargada, estiveram também presentes os técnicos, José Basto Sacramento, e Chicher Diogo, da Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia, e Celisa Quaresma, da Direcção Geral do Ambiente.

No dia 9 estiveram presentes os Srs. Deputados Abnildo do Nascimento d'Oliveira, que a presidiu, José Manuel Costa Alegre, Silvestre Moreno Mendes e Celmira Sacramento, do Grupo Parlamentar do ADI, Deolindo Luís da Mata, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e o Deputado Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD.

E por último, na sessão do dia 12 de Fevereiro, estiveram presentes os Srs. Deputados Abnildo do Nascimento d'Oliveira, que a presidiu, José Manuel Costa Alegre, Silvestre Mendes, José António Miguel e Anayde dos Prazeres Ferreira, em substituição dos Deputados Celmira Sacramento e Sebastião Lopes Pinheiro, respectivamente do Grupo Parlamentar do ADI, e o Deputado Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar do PCD.

Análise do projecto de lei.

A discussão na especialidade do projecto de Lei - Quadro dos Recursos Hídricos, resultou na apresentação de 36 propostas de eliminação, 62 de substituição, 25 de aditamento e 2 de emenda, como consta no Diário da Assembleia nacional II Série nº 47/X/7ª/2018.

Votação e aprovação.

Com as devidas alterações o projecto de Lei -quadro de Recurso Hídrico, foi submetido à votação tendo um dos seguintes dos seus artigos sido aprovado com 5 votos a favor do Grupo parlamentar do ADI, 0 contra, e 0 abstenção.

Texto final.

Por fim a comissão elaborou um texto final do projecto de lei em anexo ao presente relatório que deve ser submetido à votação na final global pelo plenário da Assembleia Nacional.

Comissão de Economia Cooperação Internacional, Infraestrutura, Recursos Naturais, Ambiente, Agricultura e o Desenvolvimento Rural.

São Tomé 22 de Fevereiro de 2018.

O Presidente, Abnildo d'Oliveira.

A Relatora, Anayde Ferreira.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Deputada, agora vou submeter o projecto de lei n.º 30 /X/7ª/17, lei - Quadro dos Recursos Hídricos a votação.

Submetido à votação, foi aprovado na final global, por unanimidade.

Vamos agora apreciar o 6º ponto da ordem do dia, vamos proceder à votação final global do projecto de lei nº 42/X/7ª/17, Lei Base de Saúde, este projecto de lei foi analisado e aprovado na especialidade, pela 5ª Comissão Especializada Permanente, pelo que convido o relator a proceder à leitura do respectivo relatório. Tem a palavra o Sr. Deputado Egrinaldo Ceita, para efeito de leitura do relatório.

O Sr. **Egrinaldo Ceita** (ADI): — Bom dia Sr. Presidente. Sr. Ministro e caras e caros Deputados boa tarde. Passo a ler o relatório.

Relatório de análise e votação na especialidade do projecto de lei n.º 42/X/7.ª/2017 – Lei Base da Saúde.
Introdução

Nos dias 9 e 12 de Fevereiro e 1 de Março de 2018, a 5.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, procedeu à análise e votação na especialidade do projecto de lei n.º 42/X/7.^a/2017 – Lei de Base de Saúde.

Estiveram presentes nas sessões de trabalho dos dias 9 e 12 de Fevereiro os Srs. Deputados Arlindo Barbosa Semedo, que as presidiu, Beatriz Azevedo (em substituição da Sra. Deputada Filomena Monteiro) e Mohamed da Glória, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Joaquim Salvador Afonso, Bilaine Viegas de Ceita, Egrinaldo de Carvalho Viegas de Ceita, Jorge Bondoso e Idalécio Quaresma em substituição o Sr. Deputado Ossáquio Riôa, do Grupo Parlamentar do ADI, e Filomena dos Prazeres, do Grupo Parlamentar do PCD.

Na reunião do dia 1 de Março, estiveram presentes os Srs. Deputados, Joaquim Salvador Afonso, que a presidiu, Egrinaldo de Ceita, Jorge Bondoso, Idalécio Quaresma em substituição da Sra. Deputada Bilaine de Ceita e Anaydi Ferreira em substituição do Sr. Deputado Ossáquio Riôa, do Grupo Parlamentar do ADI.

Na perspectiva de uma análise mais esclarecida e profunda do referido diploma, de igual modo, estiveram presentes na secção de auscultação dos dias 9 e 12 de Fevereiro, a Sra. Deputada Filomena Monteiro e o Sr. Deputado Aérton do Rosário, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Sr. Elísio Teixeira, representando o Ministério da Saúde; Dr. Aleixo Pires, representando a Ordem dos Médicos, Sra. Dalila Agostinho das Neves, representante do Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe (CIP-STP), e Sra. Arminda Rolim de Bom de Jesus, Sr. Eduardo Elba do Espírito Santo, Sr. Alexandro Cardoso...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados há muito ruído e isso impede a interpretação do relatório, Sr. Deputado Ivo, peço-lhe encarecidamente para abrandar um pouquinho porque tem havido ruído do seu lado, não só do seu lado, mas tenho notado que o Sr. está constantemente a falar e assim não dá, também o Sr. Deputado António Barros, pode continuar a sua intervenção Sr. Deputado.

O Sr. **Egrinaldo Ceita** (ADI): — ...sr. Everaldo dos Santos Silva Izidro, todos, representando a Federação das Organizações Não Governamentais de S. Tomé e Príncipe (FONG-STP).

Análise do projecto de lei

A discussão na especialidade do projecto de lei n.º 42/X/7.^a/2017 – Lei Base de Saúde resultou na apresentação de 10 propostas de eliminação, 5 de substituição, 22 propostas de emenda e 7 de aditamento, como a seguir se dispõe:

Votação e aprovação

Com as devidas alterações, o projecto de lei n.º 42/X/7.^a/2017 – Lei de Base de Saúde foi submetido à votação, tendo os artigos 1.º a 9.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 19.º, 20.º e 22.º a 33.º sido aprovados com 5 votos a favor, sendo do ADI, nenhum voto contra e quatro abstenções, sendo três do MLSTP/PSD e um do PCD), à excepção dos seguintes artigos 10.º com 5 votos a favor do ADI, três votos contra do MLSTP/PSD e uma abstenção do PCD.

Os artigos 11.º, 12.º, 13.º, 18.º e 21.º com 5 votos a favor do ADI, quatro votos contra, sendo três do MLSTP/PSD e um do PCD, e os 34.º a 53.º foram todos aprovados com 5 votos a favor dos Deputados do ADI, nenhum voto contra e nenhuma abstenção.

Texto Final

Por fim, a comissão elaborou o texto final do projecto de lei, em anexo ao presente relatório, que devem ser submetidos à votação final global pelo plenário desta augusta Assembleia.

A Comissão de Educação, Cultura, Ciências, Emprego, Assuntos Sociais, Juventude e Desporto, aos 5 de Março de 2018.

O Presidente da Comissão, Arlindo Barbosa Semedo.

O Relator, Egrinaldo de Ceita.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado pela leitura, posto isto passemos a votação Final Global do projecto de lei n.º 42/X/7.^a/2017 – Lei de Base de Saúde.

Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor do Grupo Parlamentar do ADI, 14 voto contra sendo, 10 do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 3 do Grupo Parlamentar do PCD e um voto de UDD e 0 abstenções.

Vamos agora apreciar o 7º ponto da ordem do dia...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Declaração de voto?

O Sr. **Presidente**: — ...Não há declaração de voto, vendo no regimento não existe, declaração de voto para a final global...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Não há?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Quê!

O Sr. **Presidente**: — ...não se pode fazer isso.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Artigo 106º.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Ele não quer para gente falar.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Os Srs. Não podem elucidar o Presidente?

O Sr. **Presidente**: — ... Sr. Deputado Abnildo, se houver, agradecia que fizesse a leitura para eu...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Quê!

O Sr. **Presidente**: — ...é normal, eu posso até incorrer em erros, mas eu gostaria que lesse para eu ter a certeza que estou a conduzir a reunião como deve ser...

Agradeceria que fizesse a leitura imediatamente para eu localizar ...

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh! Oh! Oh!

O Sr. **Presidente**: — ...sim, a Mesa diz isso, Sr. Deputado que pede incida no Regimento a onde é que a norma é infringida...

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Posso Sr. Presidente?

Penso que em qualquer sessão, os Secretários devem ajudar o Sr. Presidente, não são os Deputados que têm que ler aquilo que está no artigo, penso que há uma assessoria e deve...

Bom, esta é a declaração e voto do MLSTP/PSD em relação a lei base da saúde, no primeiro aspecto é para dizer que esta Lei não foi debatida na generalidade, eis a razão que nós na comissão, alargamos o leque para auscultação das pessoas envolvidas neste processo.

Segundo aspecto aqui para realçar, que este relatório final peca, peca porque só faz menção a um primeiro aspecto não faz menção também do abandono, seria bom, nós participamos no início mas a oposição e a sociedade civil e os convidados abandonaram no meio da discussão, por isso que na minha opinião este relatório, peca, devia fazer menção e eu enquanto Presidente não assinei qualquer relatório, por isso eu acho que este relatório é falso e aqui a sociedade civil está a ouvir e dirigiu uma carta ao Presidente da Assembleia. Esta carta é oficial a dizer que abandonariam a discussão na especialidade, tendo em conta a forma que o poder levava a discussão deste diploma.

Estávamos perante duas iniciativas uma dela foi votada da forma como votou na generalidade no plenário e outra que nós tivemos acesso, o que consideramos uma violação ao diploma que foi aprovado na generalidade aqui no plenário.

Um segundo aspecto que é bom frisar é que a discussão na especialidade cinge, em artigos por artigos, sujeitos a proposta de contribuição, eliminação e emenda e não dá troca de um diploma por outro, e isso aconteceu na discussão na especialidade o que levou a oposição em bloco a abandonar e todos aqueles que nós convidamos para darem a sua contribuição e termos registos disto, a carta oficial que deu entrada, e hoje eu ouvi a leitura de expedientes e não se fez menção a carta da sociedade civil que abandonou a discussão desse projecto devido a forma como o poder não recebia qualquer contribuição para o melhoramento do diploma na especialidade. É essa a razão que levou o Grupo parlamentar do MLSTP/PSD votar contra e abandonar a discussão na especialidade, e aqui uma nota de apreço e de felicitação, que a sociedade civil teve a coragem de escrever oficialmente ao Presidente da Assembleia Nacional para informar que vai abandonar a sessão. Eu quero nesta nota final, porque já estamos a terminar a sessão, felicitar as mulheres são-tomenses por ocasião de mais um 08 de Março, e no geral a todas mulheres do mundo.

E em particular a mulher africana. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador...

A Sr. **Secretária da Mesa**: — É para quê? Declaração de voto?

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa Sr. Deputado se for para declaração de voto tudo bem, agora o Sr. Deputado tem espaço para fazer a declaração de voto, declaração de voto se quiser pode fazer.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Obrigado Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, em nome da 5ª Comissão...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Não, não pode.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — ... falo relativamente a esse diploma que nós escutamos a leitura do relatório, para dizer que,...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Não pode, não pode.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — ... nós na 5ª Comissão, os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, abraçamos e executamos realmente como manda o nosso Regimento a discussão e aprovação dos devidos documentos...

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — ...houve participação de todos os Deputados, os Deputados MLSTP/PSD e PCD participaram logo do início da discussão e depois...

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Esclarecimento depois da votação?

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Isto não é declaração de voto, tem que falar a cor da camisola.

O Sr. **Presidente:** — Ao fazer a declaração de voto fala pelo menos o nome do Grupo Parlamentar do ADI, é só isto.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — ...peço desculpa, poço continuar?

Estou a fazer a declaração de voto em nome do meu grupo parlamentar, estava eu a dizer que os Srs. Deputados de MLSTP/PSD e do PCD participaram devidamente nesta discussão e correu muitíssimo bem o trabalho nos primeiros dias.

Na verdade é que os convidados que estiveram presentes fizeram uma proposta e que nós os Deputados do ADI, achamos que não éramos obrigados a submeter à esta proposta, e nós retiramos porque o que nós pensamos é que na discussão na especialidade, mesmo que houvesse ainda convidados eles não têm direito a votos, e nós apenas aceitamos porque, pronto era aquilo que pediam para nós fazermos. Sr. Presidente, estou a terminar, dizendo que o que disse aqui o Sr. Presidente, lamentavelmente não houve retirada da oposição, mas sim depois de aparecer uma contradição que eles próprios apresentaram em dois documentos que não havia, não havia a questão de dois documentos, os documentos que eles inventaram e nós aqui discutimos o documento que foi aqui discutido e retirado isto nós...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado vou cortar a sua intervenção, porque está sendo prolongada.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Se fosse alguém da oposição.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu também quero falar.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Não! O Sr. Presidente já retirou a palavra.

Murmúrios na sala

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Continua a falar só.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Continua a falar micro está desligado.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Passou vergonha.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente:** — Portanto vamos continuar com os nossos trabalhos...

O Sr. **Nenésio Afonso:** — O Sr. Deputado Danilson Cotú pediu palavra.

O Sr. **Presidente:** — Quem?

O Sr. **Nenésio Afonso:** — O Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Danilson Cotú declaração de voto? Agora não.

Murmúrios gerais

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António** (ADI): — É só para ajudar a Mesa, aqui na página 92 no Artigo 106º, ponto 1), permite que o Deputado faça a declaração de voto a título pessoal, é só uma questão de ajudar na orientação. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para uma declaração de voto.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente. Como puderam perceber, creio que o povo são-tomense pode ter percebido também para as pessoas que estão a seguir o debate, o PCD votou contra esse projecto de lei e eu passo a explicar as razões que nortearam o nosso posicionamento em termos de voto com efeito, embora estivesse presente nos trabalhos esteve presente a Sra. Deputada Filomena de Pina que é a Deputada efectiva da comissão, por isso não estive lá, e reportou-me o que se passou.

Primeiro aspecto, é que se trabalhou, o diploma que os proponentes usaram para trabalhar não era o mesmo diploma que foi aprovado no plenário, logo já é uma falha gravíssima em termos de procedimento, só se dá segmento, se trabalha a nível de especialidade com os diplomas que foram aprovados na generalidade. Primeira falha.

Segundo aspecto, que nos levou também a votar contra é o facto de nós termos tido contacto com a nossa proposta que foi apresentada para a Mesa da Assembleia, pelo representantes da sociedade civil, nomeadamente a FONG-STP, que entendeu abandonar os trabalhos tendo em conta que todas as sugestões que eles tentavam apresentar não eram tidas nem achadas, quando ao nível da comissão, e aí eu já estive, decidimos convidar a sociedade civil, o propósito era para criar um palco amplo para permitir que se pudesse colher vários subsídios para enriquecer este projecto de lei, quando eles lá vão cheios de boa fé e tudo que apresentam é desconsiderado é obvio que eles não tinham razão nenhuma para continuar a estar presentes, e o mesmo se passou em relação ao Grupo Parlamentar do PCD, porque nós percebemos que não se estava a trabalhar sobre o mesmo diploma que havia sido aprovado. A pergunta é como votar a favor face a um documento que já na sua essência começa desvirtualizado? Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar o nosso trabalho, apreciando o 7º ponto da ordem do dia que tratasse da discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do projecto de resolução da Assembleia Nacional nº 69/X/7ª/18, assentimento para o Presidente da República se ausentar do território nacional com destino a Brasília a partir de 15 de Março do corrente ano, por um período de 20 dias. Temos um tempo de debate de 60 minutos, assim distribuídos, o Governo tem 21 minutos, o Grupo Parlamentar o ADI tem 21 minutos, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem 10 minutos, o Grupo Parlamentar do PCD tem 5 minutos e o Deputado de UDD tem 3 minutos.

Quero informar que de acordo com o Regimento da Assembleia Nacional no seu artigo nº 246º diz o seguinte: “A discussão em reunião plenária tem por base a mensagem do Presidente da República e nela tem o direito de intervir o Governo e um deputado de cada Grupo Parlamentar.

Sendo assim, convido a Secretária da Mesa a proceder à leitura da mensagem de sua Excelência o Presidente da República e o respectivo projecto de resolução

A Sra. **Secretária da Mesa**: — Muito obrigada Sr. Presidente. Vou apresentar a carta da Sua Excelência o Sr. Presidente República.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional
São Tomé

Excelência,

Ao abrigo do artigo 85.º n.º 1 da Constituição da República, solicito o assentimento da Assembleia Nacional, para me ausentar do Território Nacional, no dia 15 de Março de 2018, por um período de (20) vinte dias, com destino a Brasília, ao convite do Sr. Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil, para participar no 8.º Fórum Mundial da Água, cuja realização está prevista entre os dias 19 a 23 de Março de 2018.

Queira, Excelência, aceitar a expressão da minha alta consideração.

São Tomé, 5 de Fevereiro de 2018.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Em consequência, há um projecto de resolução que dá assentimento à Sua Excelência que passo a apresentar:

Projecto de Resolução n.º 69/X/7.ª/2018 — Assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do território nacional com destino à Brasília em missão oficial

Preâmbulo

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República, através da sua missiva datada de 5 de Março do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Assentimento

É dado assentimento, nos termos do n.º1 do artigo 85.º da Constituição, para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do território nacional, em missão oficial, a partir do dia 15 de Março, para um período de 20 dias, com destino à República Federativa do Brasil, a fim de participar no 8.º Fórum Mundial da Água, a decorrer em Brasília, entre os dias 19 e 23 de Março do corrente ano.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 9 de Março de 2018.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Secretária da Mesa. Em seguida, convido o relator da 2ª Comissão Especializada Permanente para proceder à apresentação do parecer que recaiu sobre este pedido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nenésio Afonso para a leitura do parecer.

Parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional sobre o Assentimento para o Presidente da República ausentar-se do país.

O Sr. **Nenésio Afonso** (ADI): — Boa tarde Sr. Presidente, boa tarde caras e caros Deputados, boa tarde Sr. Ministro.

Parecer sobre o Assentimento para o Presidente da República ausentar-se do país.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 05 de Março do corrente ano, um pedido de Assentimento para Sua Excelência o Presidente da República ausentar-se do território nacional a partir do dia 15 de Março, por um período de 20 dias, com destino à Brasília, ao convite do Sr. Michel Temer, - Presidente da República Federativa do Brasil, para participar no 8.º Fórum Mundial da Água, cuja realização está prevista entre os dias 19 e 23 de Março de 2018.

Para o efeito, a 2.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 07 de Março do ano em curso para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido de assentimento e indigitar o (a) Relator (a) que recaiu na pessoa do Sr. Deputado Nenésio Afonso.

Neste sentido, a 2.ª Comissão Especializada Permanente, concluiu que esta solicitação cumpre os requisitos legais dispostos no n.º1 do artigo 85.º da Constituição da República coadjuvado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Assim, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido pedido de assentimento ao plenário, para os devidos efeitos.

São Tomé, 07 de Março de 2018.

O Presidente, *Martinho Domingos*.

O Relator, *Nenésio Afonso*.

Entretanto O Presidente foi substituído pelo Sr. Vice-presidente, quando eram 14 horas 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, para dizer que este processo está trocado. Não se pode entender que o parecer da comissão seja lido depois da resolução. Devíamos primeiro, obter o parecer e depois haver a leitura da resolução e votação à resolução. Por outro lado, o relator pede que seja submetido à plenária a votação da solicitação feita pelo Presidente da República e não da resolução da Assembleia Nacional.

Com relação à essa solicitação do Presidente da República, como sabem, Sras. e Srs. Deputados, normalmente e regra geral, a Assembleia Nacional, aliás, não recorro ter rejeitado alguma solicitação do Presidente da República, mas já se pediu aqui, várias vezes, o esclarecimento sobre o pedido que é feito pelo Presidente da República. É neste âmbito que eu pretendo obter algum esclarecimento. O Presidente da República pede para se ausentar do país, para participar numa Conferência em Brasília, que decorrerá num período de 4 dias, de 19 a 23. Ora! Neste caso, eu gostaria de saber, sendo que o Presidente da República pede a sua ausência do país para um período de 20 dias, onde é que estará o Sr. Presidente no resto do período que estará fora do país? A Assembleia, os Deputados, o povo a Nação precisam de saber.

Igualmente, e porque também esteve aqui ontem, o Embaixador do Brasil, que teve um encontro com o Presidente da Assembleia Nacional e que solicitou ao Presidente da Assembleia Nacional que diligenciasse no sentido dos Deputados à Assembleia Nacional representarem a instituição nessa mesma Conferência que decorrerá em Brasília, quero saber se o Presidente da Assembleia irá dar 20 dias aos Deputados para estarem também em Brasília? Uma vez que é para o mesmo fim.

Entretanto, o Sr. Presidente reassume os trabalhos quando eram 14 horas e 25 minutos.

Sr. Presidente está numa movimentação, terei que aguardar a oportunidade para colocar a minha questão.

Sr. Presidente, Posso fazer a minha intervenção?

O Sr. **Presidente**: — Pode sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu estava a colocar uma questão, porque como sabe, normalmente aqui na casa parlamentar, nunca rejeitamos uma solicitação vinda do Presidente da República. Quero deixar claro que a orientação do meu grupo parlamentar é mesmo votar a favor desta solicitação. Todavia, não se deixa de questionar, que algo que se faz normalmente aqui na casa parlamentar, e uso esta prerrogativa para poder questionar essa saída do Sr. Presidente da República para Brasília, para uma conferência que terá lugar entre 19 e 23, portanto o Sr. Presidente estará a participar nos trabalhos durante um período de 4 dias. Todavia, pede a ausência do país para um período de 20 dias. Eu gostaria de saber, Sr. Presidente, se tem alguma informação, onde é que estará o Sr. Presidente da República nos restantes dias que estará fora do território nacional? Portanto, isto, a Assembleia tem que saber, o país tem que saber, porque nós já tivemos aqui caso que se pediu esclarecimento ao Pinto da Costa e que ele teve que esclarecer....

Uma voz: — Nesta Assembleia?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ... nesta Assembleia sim senhor. Portanto nós estamos aqui a colocar uma questão. Por outro lado, Sr. Presidente, eu soube que recebeu aqui na casa parlamentar o Embaixador de Brasil que veio convidar a Assembleia Nacional, portanto os Deputados de participarem nesta mesma conferência que terá lugar em Brasília. Portanto, eu gostaria de saber se os Deputados à Assembleia Nacional, que irão participar nessa conferência, também estarão ali durante 20 dias? Terão subsídios para estar ali durante 20 dias?

O Sr. **Ivo Mendonça** (ADI): — Homem quer uma boca.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ... não faço parte da comissão, Sr. Deputado. Portanto, não me vem colar essa sua forma de ver as coisas; Está? Portanto, acho que a Comissão Especializada é que terá que participar nesses encontros. Quero saber se o Presidente da República vai estar lá durante 20, quer dizer que os Deputados terão que estar 20 dias. Se o país está em condições de assumir as despesas do Sr. Presidente durante 20 dias, a Assembleia estará em condições de assumir os Deputados durante 20 dias? E onde é que vai estar o Sr. Presidente da República este tempo todo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, eu confesso que a missiva que veio da Presidência da República e ele é o Magistrado Supremo da Nação. Portanto, ele manda essa missiva e pede esses dias todos, eu acho que não cabe a mim, Presidente da Assembleia, equacionar sequer o porquê da permanência. Para já, aqui a carta diz que ele parte no dia 15. Porque se contarmos a partir do dia 15 e 4 mais 4 já lá vão quase 10 dias ou 11, só para chegar. Agora, não sei quanto tempo ele levará para regressar. Eu acho que não cabe a mim, Presidente da Assembleia, responder a esta pergunta. Eu acho que é um pedido que vem da Presidência, não tenho informação para poder prestar. Prefiro ficar apenas aí...

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — São explicação que, quem tem que dar é a Presidência.

O Sr. **Presidente**: — ...aí é que está. Portanto, eu parto de princípio que tem a ver com outras razões que eu não conheço. Portanto, pode ser razões de ligação, até chegar lá e o regresso também. Portanto, eu não posso dizer nada nesse aspecto, portanto, daí que, eu acho que limito apenas à missiva. Vamos analisar e devemos em princípio aprovar e avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente preocupa-nos, é evidente por se tratar do Presidente da República, é normal que o Sr. Presidente se desloque para Brasília e faça uma semana de viagem e tenha a necessidade de mais duas para poder ficar em Portugal e cuidar da saúde, é normal. Mas nós temos que saber que o Chefe da Nação está doente. Temos que estar informados e isso tem que vir na informação que se manda para a Assembleia Nacional. Porque o povo tem que saber. É o Chefe da Nação. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é por isso que eu digo que eu não posso avançar nada mais, porque eu desconheço outras razões. Pode ser que sejam questões de rotina, de fazer o *check-up*. Não sei! Portanto, eu me cinto apenas aquilo que está na sua missiva. Apenas isso. Eu agradecia imenso. É isso que posso responder agora. Não digo mais nada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário, para uma intervenção.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Bom, já referiu aqui o Sr. Deputado, o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, ninguém quer bloquear a saída do Presidente. Não é isso que se pretende. Mas eu queria contribuir para chamar a atenção da Mesa ao artigo 85º da Constituição da República de São Tomé e Príncipe, os números 1 e 2, se calhar podemos até ler o número 3. O Presidente da República não pode estar em parte incerta.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Onde é que está o artigo, diz, diz...

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ...artigo, 85º, na página 42 do Manual...

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Mas, gente é que tem que dizer vocês onde o artigo está?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — ...diz o seguinte: “O Presidente da República não pode ausentar do território nacional sem assentimento da Assembleia Nacional, ou da sua Comissão Permanente se aquela não estiver em funcionamento”. “O número 2 ‘Assentimento é dispensado nos casos de viagem sem carácter oficial, de duração não superior a 5 dias, devendo, porém, o Presidente dar prévio conhecimento dela à Assembleia Nacional’”. E é a questão que se colocou aqui. Os restos dos dias que o Presidente não estiver em missão oficial, onde estará o Presidente da República de São Tomé e Príncipe. É uma pergunta óbvia e eu quero acrescentar outro aspecto, recorde, aquando do consulado do Sr. Presidente Pinto da Costa, o Deputado Abnildo levantou aqui nesta sala, e com razão, porque o documento de facto, não esclarecia muito bem quantos dias ia ficar fora do país, solicitou-se. E eu recorde que a Presidência da República, num instante, mandou uma nota a esclarecer a situação. E nós, enquanto Deputados estamos aqui solicitando a Mesa para fazer expediente junto à Presidência da República para esclarecer a situação. É uma questão constitucional e gostaríamos que o Presidente da Assembleia agisse em conformidade. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados. Olha, eu digo que sou consciente, eu tenho muito respeito pelo Sr. Evaristo. Ele é o primeiro trabalhador, representante, é Presidente da República.

Eu estive na Escola de Santo Amaro, eu conhecia o Sr. Evaristo, ele trabalhou na Agricultura, ele trabalhou em toda a instituição do Estado. Ele deu vida para este país. Eu estou a favor da intervenção do Deputado Jorge Amado. O Presidente da República tem a liberdade de sair e executar o trabalho, em qualquer momento. Se formos ver o número de viagens que ele fez, chegamos à conclusão que não tem dado prejuízo, desde que começou o seu mandato até aqui. É um homem que viaja muito poucas vezes. E portanto, a Assembleia Nacional e todo o povo de São Tomé e Príncipe, nós queremos só saber, depois de Brasília, onde é que ele vai estar?

Murmúrios do ADI.

...eu por mim, uma semana, mesmo duas semanas, nós queremos saber, se ele estará em Angola, se estará em Lisboa, toda a gente fica a saber. Não é por causa de desconfiança.

Murmúrios do ADI.

...Pelo amor de Deus, Srs., deixa-me falar!

E eu quero que ele faça mais 10 anos, 5 mais 5 como os outros Presidentes. Eu quero que se acabe com a ambição do poder e política pelo poder em São Tomé e Príncipe. Eu somente estou aborrecido com o meu Presidente, porque ele não fala. E ele tem que pegar esse país com as mãos. Ele tem direito, ele trabalhou muito, como os outros Presidentes fizeram 10 anos é como ele também vai fazer o mesmo. Aqui não há ambição de poder política pelo poder. E eu quero que o Evaristo pegue este país com as mãos, porque são-tomense está a deixar de ter são-tomensidade! Meter ordem nesse país. País está a desaparecer. Eu quero que ele faça tudo pelos são-tomenses. Depois de 2021 e lhe dou mais 5 anos para agarrar nesse país. Evaristo tem 10 anos de poder.

Aplausos do ADI.

Uma voz ADI: — Homem libertou-se de vocês.

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — É preciso avaliar o sentido da mensagem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d’Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado Presidente. De facto, o Grupo Parlamentar ADI votará a favor desse pedido de assentimento. Ficamos satisfeitos também pela opinião, pelo menos o sentido de voto do Líder Parlamentar do MLTSP/PSD que votará a favor. Acredito também que o PCD não tem objecção quanto ao assentimento para Sua Excelência o Sr. Presidente da República possa se ausentar para tomar parte nessa conferência sobre água. É uma viagem oficial e nós também entendemos a posição do nosso grupo parlamentar é de pedir ao Presidente da Assembleia Nacional que possa ver junto aos serviços da Presidência da República para o esclarecimento dos restantes dias para que comunique e depois para poder passar a informação aos respectivos grupos parlamentares. Portanto, eu penso que sim, é uma questão de como diz o Regimento e a própria Constituição. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Danilson Cotú, para uma intervenção.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente. Efectivamente, o PCD vai votar a favor sim, é um direito que assiste a Sua Excelência Presidente da República, sair para nos representar e que o faça de forma digna. Nós sim, temos a preocupação que outros grupos parlamentares têm e é legítimo. Mas eu não venho cá para reforçar o pedido ou a necessidade de termos o conhecimento de onde é que o Presidente estará nesse período. Eu venho para dirigir uma crítica à Mesa da Assembleia. Porque se a nota da Presidência já entrou há algum tempo, a Mesa da Assembleia deveria prestar atenção a esse facto, fazer uma comunicação à Presidência, solicitando informações para evitar que essa situação estivesse cá presente. Não se fez o trabalho de casa e o resultado é isto. Dá-nos impressão que o Sr. Presidente da República, de repente estará pelo mundo fora, em destino incerto, é meu Presidente, eu não quero que ele esteja perdido pelo mundo. Eu quero que ele esteja num lugar que a gente saiba onde ele está.

Mas a Mesa da Assembleia pecou e eu gostava é de ouvir ou de ver a redimir-se disso. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem, as preocupações aqui levantadas estão registadas e a Mesa tomará a devida providência para o efeito. Fora disso, vou imediatamente, passar a votação na generalidade deste projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos.

Agora vamos passar a votação na especialidade, começando por preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.
Agora vamos apreciar o artigo 1º.*

A Sra. **Secretaria da Mesa**: — Artigo 1º. Assentimento.

É dado o assentimento nos termos do nº 1 do artigo 85º da Constituição para Sua Excelência o Presidente da República, possa ausentar do território nacional em missão oficial a partir do dia 15 de Março, por um período de 20 dias com o destino a República Federativa do Brasil a fim de participar no 8ª fórum mundial de água a decorrer em Brasília, entre os dias 19 e 23 de Março do corrente ano.

O Sr. **Presidente**: — Algum pronunciamento, alguma declaração, alguma correcção.
Não havendo vamos votar este artigo.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos a favor.

Está aprovado o artigo 1º.
Vamos rapidamente apreciar o artigo 2º.

O Sra. **Celmira Sacramento** (Secretaria da Mesa): — Artigo 2º. Entrada em vigor.
A presente resolução, entra imediatamente em vigor.
Publique-se.
Assembleia Nacional em São Tomé, aos 09 de Março de 2018.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de saber se há algum comentário, alguma alteração, alguma proposta de emenda.
Não havendo vamos votar este artigo.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos.

Está aprovado o artigo 2º.
Agora passamos a votação da final global desta proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovada com 44 votos a favor.

Está aprovada a proposta que dá Presidente da República a autorização de se ausentar do território nacional com o destino a Brasília a partir de 15 de Março de corrente ano por um período de 20 dias

Está aprovado na final global.

Agora vamos passar a apreciação do 8º ponto da ordem do dia.

Vamos discutir e votar na generalidade, especialidade e final global da proposta de resolução nº 44/X/7ª/2018 - Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência de um Navio da Marinha Francesa P.L no Porto de São Tomé no âmbito da missão conjunta Korimbe 2018.

O tempo disponível para o debate neste ponto é de 60 minutos, sendo repartido da seguinte forma.

O governo tem 21 minutos, ADI tem 21, MLSTP/PSD 10 minutos, PCD tem 5 e UDD tem 3 minutos.

Convido o Representante do Governo para fazer a apresentação desta iniciativa legislativa.

Tem a palavra Sr. Ministro da Defesa e Administração Interna, Arlindo Ramos, para fazer a apresentação da iniciativa.

O Sr. **Ministro da Defesa e Administração Interna** (Arlindo Ramos): — Obrigado Sr. Presidente. Boa tarde Sras. e Srs. Deputados. Gostaria só de pedir para facilitar o trabalho se eu pudesse apresentar já as três propostas para facilitar as coisas.

São três navios que estão a participar no Golfo da Guiné no âmbito de dois exercícios, O Korimbe 2018 e Obagame Expresse 2018.

Portanto são navios dos países que colaboram connosco nesta área, manifestaram o interesse de visitar o nosso país e é neste âmbito que introduzimos o pedido de autorização para que estes navios permaneçam no país por um período de acordo com a resolução que nós apresentamos.

Em relação ao navio francês, estará no período de 03 a 06 de Abril e o Navio Amazonas da Marinha Brasileira estará de 14 a 18 de Março e o navio Santa Elena, no período de 12 a 14 de Maio.

Eis, a apresentação que faço. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Ministro. Agora gostaria de convidar o relator da 2ª Comissão Especializada Permanente, indicado para efeito a proceder à leitura do parecer da referida comissão neste sentido vamos começar pelo primeiro parecer, segundo e terceiro já que o Sr. Ministro leu todas as iniciativas em conjunto.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Muito obrigada Sr. Presidente. Para o efeito foi indicado a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para proceder à leitura do referido parecer.

O Sr. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Muito obrigada Sr. Presidente.

Parecer de Assentimento para autorizar e permanência no Porto de São Tomé e Príncipe do Navio da Marinha Francesa de nome PMLER.

Por despacho da Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 2ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, para emissão do parecer o pedido de assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência do navio da Marinha Francesa de nome PMLER no Porto de São Tomé no âmbito da missão Kurumbe 2018.

Neste sentido, a comissão reuniu-se extraordinariamente no dia 22 de corrente mês nos termos do nº 2 do artigo 8º do seu regimento para analisar o assunto e indigitar o relator que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Depois da análise e apreciação do referido pedido, verificou-se que o mesmo se enquadra nos termos da alínea n) do artigo 97º conjugado com alínea j) do artigo 111º e do nº 3 do artigo 112º todos da Constituição da República.

Nestes termos, a comissão recomenda a Mesa da Assembleia Nacional a elaboração de uma resolução que seja submetido ao plenário para os devidos efeitos.

São Tomé 22 de Fevereiro de 2018.

O Presidente, Martinho Domingo.

A Relatora, Beatriz Azevedo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputada. Agora convido a Sra. Secretaria da Mesa a proceder à leitura do texto final desta proposta de resolução.

A Sra. **Secretaria da Mesa**: — Muito obrigada Sr. Presidente. Texto final da proposta de resolução nº 44/X/7ª/2018 - Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência no Porto de São Tomé do Navio PMLER.

Preâmbulo.

Considerando a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do Navio PMLER da Marinha Francesa no Porto de São Tomé no período de 3 a 6 de Abril de 2018, no âmbito da missão Korimbe 2018.

A Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea b) do artigo 97º da Constituição o seguinte:

Artigo 1º

Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República nos termos da alínea n) do artigo 97º da Constituição para autorizar a entrada e permanência no território nacional do Navio PMLER da Marinha Francesa nos dias 3 a 6 de Abril no âmbito da missão Korimbe 2018 ...

O Sr. **Presidente**: — Por favor o Grupo Parlamentar do ADI, há um ruído no meio que não sei de onde que vem, que está a impedir a leitura da Sra. Secretária da Mesa.

Sra. Secretária pode continuar.

O Sra. **Secretaria da Mesa**: — ... artigo 2º Entrada em vigor.

Apresente Resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional em São Tomé, aos 09 de Fevereiro de 2018.

O Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Secretaria da Mesa. Posto isto, está aberto o debate na generalidade.

Convido a Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir para fazer neste momento.

Portanto não havendo intervenções podemos passar a votação na generalidade desta proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovada com 44 votos a favor.

Vamos agora passar a apreciação na especialidade desta mesma proposta.

Vamos em primeiro lugar apreciar e votar o preâmbulo, se houver algum reparo sobre o preâmbulo que já foi lido pela Sra. Secretária por favor de se pronunciar.

Não havendo podemos passar para votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos a favor.

Agora vamos apreciar o artigo 1º, comentário, não havendo vamos passar a votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos a favor.

Vamos rapidamente apreciar o artigo 2º, comentário, apreciação, emenda se houver, não havendo passamos rapidamente a votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos a favor.

Vamos rapidamente passar a votação final global desta proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado com 44 votos a favor.

Vamos agora apreciar o 9º ponto da ordem do dia que trata-se da discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da proposta de resolução nº45/X/7ª/2018- Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do Navio da patrulha Oceânico Brasileiro no âmbito da missão Obangame Espresse 2018.

O tempo disponível para o debate é de 60 minutos distribuído proporcionalmente da seguinte forma: o Governo tem 21 minutos, ADI tem 21, MLSTP/PSD tem 10, PDC tem 5 minutos e a UDD tem 3 minutos.

Convido agora a 2º Comissão a proceder à leitura do parecer sobre esta segunda proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nenézio Afonso, para proceder à leitura do referido parecer.

O Sr. **Nenézio Afonso** (ADI): — Parecer sobre o assentimento para autorizar entrada e permanência no Porto de São Tomé e Príncipe do Navio de Patrulha Oceânico Brasileiro Amazonas.

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 2ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, para emissão do parecer o pedido de assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do Navio de Patrulha Oceânico Brasileiro Amazonas ao Porto de São Tomé no período de 14 a 18 de Março no âmbito da missão Obangame Espresse 2018.

Neste sentido a comissão reuniu-se no dia 7 do corrente mês para analisar de entre outros assuntos o referido pedido e indigitar o relator que recaiu na pessoa do Sr. Deputado Nenézio Afonso.

Depois da análise e apreciação do referido pedido verificou-se que o mesmo se enquadra nos termos da alínea n) do artigo 97º conjugado com alínea j) do artigo 111º e do nº 3 do artigo 112º todos da Constituição da República.

Nestes termos a comissão recomenda a Mesa da Assembleia Nacional a elaboração de uma resolução que seja submetida ao plenário para os devidos efeitos.

São Tomé, 07 de Março de 2018.

O Presidente da Comissão, Martinho Domingos.

O Relator, Nenézio Afonso.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Em seguida convido a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura do texto final desta proposta de resolução.

O Sra. **Secretaria da Mesa**: — Muito obrigada Sr. Presidente.

Texto final da proposta de resolução nº 45/X/7ª/2018- Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do Navio de patrulha Oceânico Brasileiro Amazonas ao Porto de São Tomé no período de 14 a 18 de Março no âmbito da missão Obangame Expresse 2018.

Preâmbulo.

Considerando a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do Navio de patrulha Oceânico Brasileiro Amazonas P 120 no Porto de São Tomé no período de 14 a 18 de Março de 2018, no âmbito da missão Obangame Expresse 2018.

A Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea b) do artigo 97º da Constituição o seguinte:

Artigo 1º. Assentimento.

É dado o assentimento ao Presidente da República nos termos da alínea n) do artigo 97º da Constituição para autorizar entrada e permanência no território nacional do navio de patrulha Oceânico Brasileiro Amazonas P 120 no Porto de São Tomé no período de 14 a 18 de Março no âmbito da missão Obangame Expresse 2018.

Artigo 2º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional em São Tomé, aos 09 de Março de 2018.

O Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Secretária da Mesa. Posto isto, gostaria de informar que este é o espaço para podemos iniciar o debate na generalidade sobre este projecto de resolução.

Convido a Sras. e Srs. Deputados que queiram intervir para fazer neste momento.

Portanto não havendo intervenções podemos passar a votação na generalidade desta proposta de resolução nº 45/X/7º/2018.

Submetido à votação, foi aprovada com 42 votos a favor.

Vamos agora passar a apreciação na especialidade desta mesma proposta de resolução.

Vamos começar pelo preâmbulo, algum comentário, alguma proposta de emenda sobre o preâmbulo.

Não havendo comentário podemos passar para votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 42 votos a favor.

Agora vamos apreciar o artigo 1º, aprovação, alguma alteração, alguma proposta de emenda, não havendo vamos passar a votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 42 votos a favor.

Vamos rapidamente apreciar o artigo 2º, que diz respeito a entrada em vigor, algum comentário, sugestões, proposta para melhoria do texto, não havendo passamos rapidamente a votação.

Submetido à votação, foi aprovada com 42 votos a favor.

Agora passamos a apreciação na final global desta proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovada na final global com 42 votos a favor, 0 contra e 0 abstenção.

Está aprovado na final global por unanimidade.

Passemos agora a apreciação do último ponto da ordem do dia, este último ponto diz respeito a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da proposta de resolução nº 46/X/7ª/2018 - Assentimento para o Presidente da República, autorizar a entrada e permanência do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta - Elena em escala no Porto de São Tomé.

Também refiro que o tempo disponível para o debate é o seguinte:

O Governo tem 21 minutos, ADI tem 21 minutos, MLSTP/PSD tem 10 minutos, PCD tem 5 minutos e a UDD tem 3 minutos.

Convido agora o relator da 2ª Comissão Especializada Permanente indigitado para o efeito a proceder à leitura do respectivo parecer

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro, para apresentar o parecer.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Com a sua permissão Sr. Presidente.

Parecer do assentimento para autorizar entrada e permanência no Porto de São Tomé e Príncipe do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta - Elena.

Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido à 2ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia para emissão do parecer o pedido de assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada e permanência do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta-Elena no Porto de São Tomé no período de 12 a 14 de Maio, no âmbito de uma visita com o objectivo de estreitar e aprofundar os laços de amizade e promover treinos e formação dos quadros da Guarda Costeira em matéria de pirataria e actividades ilícitas que são cometidas no mar.

Neste sentido a comissão reuniu-se no dia 7 do corrente mês, para analisar de entre outros assuntos o referido pedido e indigitar a relatora que recaiu na pessoa da Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Depois da análise e apreciação do referido pedido verificou-se que o mesmo se enquadra nos termos da alínea n) do artigo 97º conjugado com alínea j) do artigo 111º e do nº 3 do artigo 112º todos da Constituição da República.

Nestes termos a comissão recomenda a Mesa da Assembleia Nacional a elaboração de uma resolução que seja submetida ao plenário para os devidos efeitos.

São Tomé, 07 de Março de 2018.

O Presidente da Comissão, Martinho Domingos.

A Relator, Filomena Monteiro.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sra. Deputada Filomena Monteiro, pela sua leitura.

Gostaria de convidar a Sra. Secretária da Mesa a proceder à leitura do texto final desta proposta de resolução.

O Sra. **Secretária da Mesa**: — Muito obrigada Sr. Presidente.

Texto final da proposta de resolução nº 46/X/7ª/2018- assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta-Elena.

Preâmbulo.

Considerando a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta-Elena no porto de São Tomé no período de 12 a 14 de Maio de 2018.

Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea b) do artigo 97º da Constituição o seguinte:

Artigo 1º. Assentimento.

É dado o assentimento ao Presidente da República nos termos da alínea n) do artigo 97º da Constituição para autorizar entrada e permanência no território nacional do Navio da Marinha Espanhola denominada Infanta-Elena no Porto de São Tomé no período de 12 a 14 de Maio de 2018.

Artigo 2º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional em São Tomé, aos 09 de Março de 2018.

O Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo.

O Sr. **Presidente**: — Agora temos o espaço disponível para fazer o debate na generalidade sobre este projecto de resolução.

Gostaria de saber se há alguma intervenção da parte da Sras. e Srs. Deputados. Eis que é o momento de fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Obrigado Presidente. Peço a palavra para trazer outra vez a baile um assunto de interpretação de uma norma constitucional que nos temos que diz respeito a estas autorizações.

Já houve aqui, não só nesta legislatura, como na legislatura passada algumas intervenções de Sras. e Srs. Deputados sobre esta matéria.

Hoje com o Tribunal Constitucional já criado talvez merecesse um pedido de esclarecimento ou de clarificação dessas duas normas.

E porquê que digo isto.

O artigo 80º da Constituição que diz sobre a competência própria do Presidente da República diz na alínea h), autorizar a participação das forças armadas são-tomenses em operação de paz em território estrangeiro ou a presença de forças armadas estrangeiros em território nacional sobre proposta do Governo, ouvido o Conselho do Estado e mediante o assentimento da Assembleia Nacional.

O outro artigo da Constituição, o artigo 97º competência da Assembleia Nacional na alínea n) diz. "Dar assentimento a Presidente da República para autorizar a participação das forças armadas em operações em território estrangeiro ou a presença de forças armadas estrangeira em território nacional sobre proposta do governo.

E é na base desta alínea, deste artigo da Constituição que nós temos estas demarches de dá autorização.

Eu em uma intervenção que já tive e que não recordo exactamente, quando havia dito que a minha interpretação sobre esta norma não é esta prática que nós, a Assembleia vai tendo.

A minha interpretação, volto a dizer a minha, por isso é que acho que ou a Assembleia, ou o Presidente da República também pode ter demarche junto a Tribunal Constitucional para esclarecimento ou clarificação desta norma constitucional.

A minha interpretação é que nesses casos é de facto a presença das forças armadas no território nacional não a passagem ou autorização de um navio militar nos países que nós já temos acordos militares para passar na Assembleia.

Mas é uma questão de interpretação não é uma questão de polémica.

Eu, só estou a trazer isso e não quero fazer polémica quanto a isso.

E porquê que eu digo isto, e tem uma razão de ser, e nós não estamos de facto a cumprir aquilo que diz a Constituição em pleno porque é uma questão de prática e de funcionalidade destas disposições constitucionais.

Porque esta autorização deve ser dada ao Presidente e o Presidente tem que convocar o Conselho de Estado, depois de convocar o Conselho de Estado o Conselho de Estado tem que se pronunciar e depois para o Navio entrar.

Isto é que está na Constituição e a prática não tem sido esta.

Porquê que a prática não tem sido esta? Não só deste Presidente e dos outros Presidentes todo, é que não é funcional.

Porque todo mundo sabe a composição do Conselho do Estado, como é que é a composição do Conselho do Estado.

Reunir o Conselho de Estado para cada pedido da autorização não é factível.

É preciso que o Presidente do Governo Regional desloca cada vez que um navio está entrar e pede esta autorização.

Os ex - Presidente da República têm que pronunciar porque e Conselho de Estado tem que pronunciar.

Por isso eu acho que nós estamos a interpretar mal e eu posso, está errado. Eu aceito ao contrário que dizem arrogância, arrogância não é arrogância, eu posso, está errado mas é preciso clarificar esta norma constitucional.

Se esses pedidos de navios que vem dar formação ou muitas vezes na passagem para um outro destino pede só para encostar se é forças armadas no território nacional que é preciso uma autorização da Assembleia, que é preciso reunir Conselho de Estado para reunir ou se não é uma matéria apenas para o poder executivo autorizar atracagem destes navios e depois para seguirem seus destinos.

Porque se assim for então nós estamos a violar a Constituição porque não se reúne o Conselho de Estado como a Constituição diz.

Porque a Constituição diz que tem que se reunir o Conselho do Estado.

É apenas este pedido, não sei se a demarche pode ser tomada pela Mesa da Assembleia ou pela Presidência da República para aclarar esta norma constitucional.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado. Houve agora uma intervenção para reflexão e vamos continuar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Obrigado Sr. Presidente. Nós estávamos a falar da Constituição da República.

Eu acho que a preocupação levantada pelo Sr. Deputado Levy Nazaré tem seu lugar mas por se tratar da Constituição da República ninguém pode ir agora corrigir o que está lá. O que está lá, está e temos que observar o que está na Constituição.

Agora, o que resta dizer é que quando as pessoas são indicadas por direito próprio para fazer parte de determinado órgão e essas pessoas têm que trabalhar.

O Conselho de Estado não reúne, não trabalha, não faz nada.

Existe o Conselho de Estado apenas no papel, o mesmo dizíamos aqui com relação a Mesa da Assembleia Nacional que durante quatro anos só reuniram duas vezes e a Mesa da Assembleia Nacional tem que reunir constantemente para poder apreciar tudo quanto entra na Assembleia Nacional e a Mesa é que decide enviar para parlamento, para comissão etc. etc. Mas a Mesa também não funciona e as pessoas são indicadas para estes lugares têm que trabalhar e têm que movimentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa mas eu não vou responder a isso porque, aliás pelo respeito que tenho pela Sra. Deputada Maria das Neves e ainda esta manhã abordamos esta questão ...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Ela deveria reclamar.

O Sr. **Presidente**: — ... eu estou a dizer-lo, ela abordou esta questão, mas isto não obriga o Presidente a marcar as reuniões para discutir os assuntos que vem para plenária. No Regimento não está assim, não, não está no Regimento ...

O Sr. **Vasco Guiva** (MLSTP/PSD): — Quem que está a falhar, isto é falha.

O Sr. **Presidente**: — ... não porque eu fui também Vice-Presidente na sessão passada e só reuniram comigo uma vez quando quiseram me expulsar.

Risos e murmúrios.

... vamos continuar os nossos trabalhos, Sr. Deputado esqueça isto.

Portanto não havendo mais intervenções passemos a votação na generalidade desta proposta de resolução.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos agora apreciar o documento na especialidade, analisando primeiro o preâmbulo, alguma reacção em relação ao preâmbulo?

Não havendo podemos votar o preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora apreciar o artigo 1º, alguma observação ao artigo? Não havendo, vou submeter este artigo à votação.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos aprovar o artigo 2º, apreciação, faz alusão a entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos rapidamente fazer a apreciação na final global desta proposta de resolução, e portanto a proposta de resolução nº46/X/7ª/18.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.

Chegamos ao fim dos nossos trabalhos e não havendo mais a tratar, agradeço a todos pela vossa participação e declaro encerrada esta sessão plenária.

Eram 16 horas 30 minutos.